

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA



ISCAL

RELATÓRIO DE ESTÁGIO
A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO
CONTABILÍSTICA NAS PEQUENAS
E MÉDIAS EMPRESAS

Leonor Pereira

Lisboa, janeiro de 2023

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E
ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA

RELATÓRIO DE ESTÁGIO
A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO
CONTABILÍSTICA NAS PEQUENAS E
MÉDIAS EMPRESAS

Leonor Pereira

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade, realizada sob a orientação científica de Professora Doutora Célia Vicente.

Constituição do Júri:

Presidente _____ Professor Doutor Fábio Henrique Ferreira de Albuquerque
Vogal _____ Professor Especialista Sérgio de Almeida Rosa
Vogal _____ Professora Doutora Célia Cristina da Silva Vicente

Lisboa, fevereiro de 2023

«You may have to fight a battle more than once to win it.»

- Margaret Thatcher

«We can't solve problems with the same kind of thinking that created them.»

- Albert Einstein

Agradecimentos

No completar de mais um capítulo da minha vida académica, não podia deixar de agradecer a todos os que me apoiaram e acompanharam durante este percurso.

Em primeiro lugar à minha orientadora, Professora Doutora Célia Vicente, pelos seus conhecimentos e profissionalismo, mas também pelas suas sugestões inteligentes e sábias.

Aos meus colegas de mestrado, pela motivação nos momentos em que o percurso se demonstrou longo e difícil: Miguel Alves e António Maia.

À Cristina Roque, Catarina Isidoro e Iara Codinha por tornarem cada dia diferente e sempre desafiante, permitindo que o trabalho fluísse com muita alegria e motivação.

À Maria da Conceição Pereira por todos os ensinamentos transmitidos, não só profissionais como pessoais, por toda a confiança e segurança depositada em mim, por me fazer sentir especial e bem recebida.

Aos meus pais e irmãos, que apoiam sempre as minhas escolhas e me concedem a força necessária para continuar. Em especial à minha mãe, que me incentiva sempre a voar mais alto e me encaminha quando a direção não parece certa.

Ao Tomás, meu namorado e companheiro de vida, por acreditar em mim incondicionalmente, pelo amor e carinho, pela paciência, pelo sacrifício de noites, fins de semana e feriados em prol deste trabalho, e pelo sorriso que surge sempre em todo o caminho que já percorremos juntos.

A todos, o meu sincero obrigada!

Resumo

O presente trabalho reporta, em primeira instância, à realização do estágio de natureza profissional na empresa Maria da Conceição Mendes Monteiro Moio Pereira, cujo principal objetivo consistiu na oportunidade de aprendizagem no que respeita à complexidade e diversidade de tarefas de um contabilista certificado. Neste sentido, é descrito todo o processo contabilístico, desde a receção dos documentos à elaboração das demonstrações financeiras. São também relatadas em pormenor as obrigações declarativas quer à Autoridade Tributária, quer à Segurança Social. Complementarmente ao estágio demonstrava-se pertinente perceber se os gestores e/ou proprietários de pequenas e médias empresas (PME) utilizam e valorizam a informação contabilística para a tomada de decisão e acompanhamento do negócio. Para esse efeito, é evidenciada a importância da informação contabilística para a tomada de decisão, quer através de documentos obrigatórios quer por documentos complementares. De modo a confrontar a literatura existente com os objetivos do presente estudo, foi realizado um inquérito por questionário às PME da entidade de acolhimento, cujos resultados obtidos confirmaram a ampla valorização da informação contabilística pelos gestores e/ou proprietários de PME. Porém, cerca de metade dos inquiridos afirma não conhecer os documentos contabilísticos disponibilizados, e mais de metade dos mesmos não consegue interpretá-los, não permitindo assim retirar informação relevante para a tomada de decisão consciente e apoiada em dados.

Palavras-chave: Informação Contabilística; Utilização de Informação Contabilística; Valorização da Informação Contabilística; Pequenas e Médias Empresas

Abstract

Primarily, this study reports the conclusion of a professional internship at Maria da Conceição Mendes Monteiro Moio Pereira's enterprise, which embraced the given opportunity of learning the complex and diverse tasks of a certified accountant on a daily basis. Hence, the full accounting process is described, from the reception of the documents to the elaboration of the financial statements. Tax Authority and Social Security's declarative obligations are also reported in detail. Besides the internship, it was critical to understand whether managers and/or owners of small and medium enterprises valued and used accounting information for decision making and business monitoring. Thus, the importance of accounting information for decision-making is highlighted, either through mandatory documents or through complementary ones. Aiming to compare existing literature with the present study's objectives, a survey was carried out to small and medium enterprises from the internship location, whose results confirmed the wide appreciation of accounting information by managers and/or owners of SME. However, nearly half of the surveyed declare not knowing the accounting documents made available by the accounting firms, and more than half of them are unable to interpret them, thus not allowing the draw of conclusions for conscious decision making supported by data.

Keywords: Accounting Information; Accounting Information Usefulness; Value of Accounting Information; Small and Medium Enterprises

Índice

Capítulo 1 – Introdução	1
1.1. Justificação e Relevância do Tema	1
1.2. Objeto e Objetivos da Investigação	1
1.3. Metodologia	2
1.4. Estrutura do Trabalho.....	2
Capítulo 2 – Estágio Curricular de Natureza Profissional	4
2.1. A Entidade de Acolhimento	4
2.1.1. Caracterização da Entidade de Acolhimento.....	4
2.1.2. Quadro de Pessoal	7
2.2. Organização da contabilidade e operações correntes.....	9
2.2.1. Receção, organização e lançamentos contabilísticos	9
2.2.2. Arquivo dos documentos	11
2.2.3. Processamento de vencimentos	12
2.2.4. Práticas de controlo interno	14
2.3. Obrigações Fiscais	15
2.3.1. Modelo 10.....	15
2.3.2. Modelo 44.....	15
2.3.3. Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	16
2.3.4. IRC	16
2.3.4.1. Pagamentos por conta (PPC).....	19
2.3.4.2. Pagamento Especial por Conta (PEC)	20
2.3.5. IVA	20
2.3.6. Informação Empresarial Simplificada	22
2.4. Obrigações não fiscais	23

2.4.1. Fundo de Compensação do Trabalho e Fundo de Garantia da Compensação do Trabalho.....	23
2.4.2. Contribuições para a Segurança Social	24
2.5. Operações relevantes de encerramento	24
2.5.1. Análise de um balancete	24
2.5.2. Análise de centros de custo	26
2.5.3. Depreciações e amortizações.....	27
2.5.4. Elaboração das demonstrações financeiras.....	28
2.6. Tarefas realizadas pelo aluno estagiário	29
2.7. Análise Crítica.....	32
Capítulo 3 – Revisão de Literatura.....	34
3.1. Informação Contabilística e a sua Importância.....	35
3.1.1. Documentos Obrigatórios.....	39
3.1.1.1. Balanço.....	39
3.1.1.2. Demonstração dos Resultados	40
3.1.1.3. Demonstração das Alterações no Capital Próprio.....	40
3.1.1.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa	41
3.1.1.5. Anexo	41
3.1.2. Documentos Complementares	42
3.1.2.1. Informação Não Financeira.....	42
3.1.2.2. Rácios Económico-Financeiros.....	45
3.1.2.3. Balanced Scorecard.....	46
Capítulo 4 – Estudo Empírico	49
4.1. Metodologia	49
4.1.1. Objetivos de Investigação.....	49
4.1.2. Instrumento de Recolha de Dados	50

4.1.3. Inquiridos.....	53
4.2. Análise e Discussão dos Resultados Obtidos.....	54
4.2.1. Caracterização dos Inquiridos	55
4.2.2. Análise das Questões sobre a Importância da Informação Contabilística.....	57
Capítulo 5 - Conclusão	67
Referências Bibliográficas.....	70
Apêndice A – Questionário	76
Apêndice B – Função Desempenhada pelos Inquiridos	81
Apêndice C – Tem mais do que um estabelecimento?	81
Apêndice D – Número de estabelecimentos por empresa	82
Apêndice E – Antiguidade da Empresa	82
Apêndice F – Documentos contabilísticos enumerados pelo gestor e/ou proprietário	83
Apêndice G – Documentos contabilísticos sugeridos pelo gestor e/ou proprietário	84

Índice de Quadros

Quadro 2.1 Taxas Extra por Montante do Lucro Tributável.....	18
Quadro 3.1 Perspetivas do <i>Balanced Scorecard</i>	47
Quadro 4.1 Correspondência entre os objetivos da investigação e as questões do inquérito	51

Índice de Figuras

Figura 2.1 Empresas por Atividade Económica (%)	6
Figura 2.2 Empresas por Tipologia	7
Figura 4.1 Idade e género dos inquiridos	55
Figura 4.2 Habilitações Académicas dos Gestores e/ou Proprietários	56
Figura 4.3 Tipologia de Empresa	56
Figura 4.4 Obrigatoriedade ou complementaridade dos documentos contabilísticos	58
Figura 4.5 Conhecimento de Documentos Contabilísticos	59
Figura 4.6 Interpretação e utilização de balanço ou de demonstração dos resultados	60
Figura 4.7 Valorização da Informação Contabilística para a tomada de decisão.....	61
Figura 4.8 Importância dos Documentos Contabilísticos para a Tomada de Decisão	62
Figura 4.9 Análise suficiente da situação contabilística e financeira da empresa.....	63
Figura 4.10 Frequência de disponibilização dos documentos contabilísticos.....	64
Figura 4.11 Satisfação com periodicidade de disponibilização da documentação contabilística.....	65

Lista de Abreviaturas

CIRC – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

CIRS – Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares

CIVA – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

CTT – Correios e Telecomunicações de Portugal

IES – Informação Empresarial Simplificada

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

IRS – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

NCRF – Norma Contabilística e de Relato Financeiro

PEC – Pagamento Especial por Conta

PME – Pequenas e Médias Empresas

PPC – Pagamento por Conta

SAFT – *Standard Audit File for Tax Purposes*

SWOT - *Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats*

Capítulo 1 – Introdução

O capítulo introdutório pretende apresentar o tema do presente trabalho e a sua importância, o objeto e os objetivos de investigação, a metodologia e, por fim, sintetizar a estrutura do trabalho.

1.1. Justificação e Relevância do Tema

A escolha da realização do estágio prendeu-se com a possibilidade de conhecer melhor e de mais perto o dia-a-dia de um gabinete de contabilidade em Portugal, de modo a integrar o mercado de trabalho na área especializada que é a contabilidade, de uma forma mais orgânica. Dadas as condições proporcionadas pela entidade de acolhimento, complementarmente, realizou-se um inquérito por questionário às Pequenas e Médias Empresas da entidade de acolhimento, doravante designadas por PME, de forma a perceber a valorização e a utilização da informação contabilística das PME pelos seus proprietários e/ou gestores, informação essa proporcionada pelo gabinete de contabilidade. Os resultados do inquérito permitirão otimizar os recursos do gabinete de contabilidade da entidade de acolhimento relativamente à forma e ao conteúdo da informação contabilística que é disponibilizada de modo a melhor satisfazer as necessidades dos clientes.

1.2. Objeto e Objetivos da Investigação

No âmbito do Mestrado em Contabilidade do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa foi realizado o estágio na entidade Maria da Conceição Mendes Monteiro Moio Pereira, com início a 1 de janeiro de 2022 e término a 31 de maio de 2022. A entidade, como doravante será designada, efetua serviços de contabilidade para o cumprimento das obrigações legais impostas a PME, sendo que no universo de intervenção da mesma predominam pequenas e microempresas, dos mais variados setores de atividade.

Sendo um dos principais objetivos do presente trabalho a realização do estágio de natureza profissional, os propósitos fundamentais inerentes à execução do mesmo são sustentados pela vontade de contactar com a realidade profissional, aplicando os conhecimentos académicos adquiridos durante o ano curricular do mestrado, através da concretização das mais variadas tarefas que compõem o processo contabilístico, nomeadamente tarefas que dizem respeito à organização da contabilidade, suas operações correntes e operações

relevantes de encerramento, bem como no que respeita ao cumprimento das diversas obrigações fiscais e não fiscais.

Adicionalmente, e constituindo-se como o segundo objetivo do presente trabalho, a realização do estágio de natureza profissional permitiu conduzir uma investigação relativa à valorização e utilização da informação contabilística das PME por parte dos seus proprietários e/ou gestores, de forma a responder à seguinte questão: Os gestores e/ou proprietários de PME valorizam e utilizam a informação contabilística disponibilizada pelo gabinete de contabilidade para o acompanhamento dos seus negócios e para a tomada de decisão?

Assim, o objeto de estudo do presente relatório apresenta-se como a importância que os gestores e/ou proprietários das PME da entidade de acolhimento atribuem à informação contabilística que é disponibilizada pelo respetivo gabinete de contabilidade.

Neste sentido, encontrando-se definido o objetivo geral da investigação, importa enumerar os objetivos específicos da mesma, objetivos esses que recaem na necessidade de perceber se os gestores e/ou proprietários das PME conseguem interpretar os documentos contabilísticos, se sabem diferenciar os documentos obrigatórios dos documentos complementares, se valorizam e utilizam o conteúdo da informação disponibilizada, se essa mesma informação é suficiente, quer em quantidade, quer em periodicidade, e por, fim, quais são os documentos contabilísticos mais valorizados pelos gestores e/ou proprietários.

1.3. Metodologia

A metodologia selecionada para execução do trabalho proposto passa pela realização de um inquérito por questionário às PME com contabilidade organizada da entidade. A seleção dos inquiridos pretendeu conciliar o estágio profissional com a investigação empírica. Procurando maximizar a operacionalidade na recolha de respostas e reduzir as não respostas, os inquéritos foram entregues e recolhidos presencialmente. No total dos 113 clientes da entidade obtiveram-se 38 respostas válidas.

1.4. Estrutura do Trabalho

O capítulo introdutório pretende sintetizar os elementos subjacentes ao desenvolvimento do presente relatório de estágio, cuja estrutura se encontra dividida em cinco capítulos.

A dissertação principia por apresentar a justificação do tipo de trabalho e do tema, a sua relevância, o objeto de estudo, bem como os objetivos da investigação.

O segundo capítulo destina-se à apresentação da entidade de acolhimento do estágio de natureza profissional, bem como à descrição das tarefas realizadas durante o estágio, identificando os procedimentos realizados desde o recebimento dos documentos por parte dos clientes até à elaboração das demonstrações financeiras. A análise crítica será apresentada no final do segundo capítulo, reconhecendo a oportunidade de estágio e as mais-valias que dele advieram, justificando as possibilidades de melhoria.

Sucedem-se o terceiro capítulo, onde é realizado o enquadramento teórico relativo à relevância da informação contabilística para as PME, clarificando o conceito de informação contabilística, fundamentando a sua importância assim como apresentando os documentos que a compõem.

No capítulo quarto evidenciam-se os objetivos da investigação do presente relatório de estágio e as questões a estes associadas, a metodologia utilizada para suportar a investigação, esclarecendo a escolha dos inquiridos e, por fim, apresentando os resultados obtidos, refletindo e criticando os mesmos.

O quinto e último capítulo finaliza a exposição do presente relatório de estágio, salientando mais uma vez a importância da realização do estágio de natureza profissional e as aprendizagens alcançadas através do mesmo, bem como explicita, de forma clara, as conclusões obtidas pela investigação empreendida, identificando as suas limitações e propondo sugestões de melhoria para futuros desenvolvimentos.

Capítulo 2 – Estágio Curricular de Natureza Profissional

Neste capítulo serão apresentadas as bases teóricas e legais que sustentam a realização do estágio curricular de natureza profissional. Deste modo, em primeira instância será apresentada a entidade de acolhimento, depois descrita a organização da contabilidade e respetivas operações correntes, posteriormente esclarecidas as obrigações fiscais e não fiscais, e, por fim, identificadas e explicitadas as operações de encerramento.

2.1. A Entidade de Acolhimento

2.1.1. Caracterização da Entidade de Acolhimento

O presente estágio de natureza profissional decorreu na empresa Maria da Conceição Mendes Monteiro Moio Pereira, sediada na Rua da Caridade, n.º 4, 2500-141, Caldas da Rainha durante cinco meses, com início a 1 de janeiro de 2022 e com término a 31 de maio de 2022.

A entidade de acolhimento apresenta a forma jurídica de Empresário em Nome Individual, com o Número de Identificação Fiscal 126 092 052. Fundada em 1980, a empresa era apenas constituída pela única trabalhadora e Contabilista Certificada, Maria da Conceição Pereira. À medida que a procura de clientes interessados nos serviços prestados aumentava, também aumentava a necessidade de contratação de profissionais capazes de os prestar. Assim, aos dias de hoje, a empresa é composta por cinco profissionais: a fundadora, proprietária e gestora Maria da Conceição Pereira e três funcionárias, cujas tarefas serão posteriormente abordadas.

A entidade apresenta-se como um gabinete de contabilidade português, em que a sua prestação de serviços engloba empresas com contabilidade organizada e regime simplificado. Em termos de contabilidade organizada, esta destina-se a empresas que necessitam de cumprir as exigências legais de apresentação das demonstrações financeiras e obrigações fiscais. Segundo o n.º 1 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) (Lei n.º 2/2014), são «obrigadas a dispor de contabilidade organizada nos termos da lei» as «sociedades comerciais ou civis sob forma comercial, as cooperativas, as empresas públicas e as demais entidades que exerçam, a título principal, uma atividade comercial, industrial ou agrícola, com sede ou direção efetiva em território português». Para além disso um outro requisito diz respeito ao facto de os sujeitos passivos apresentarem um

montante anual ilíquido de rendimentos do período imediatamente anterior superior a € 200 000, sendo obrigados a possuir contabilidade organizada, solicitando serviços a um contabilista certificado, segundo o n.º 2 do art.º 28 do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (CIRS) (Decreto-Lei 442-A/88). Porém, existe dispensa de contabilizada organizada para as pessoas singulares que, a título individual de uma atividade comercial, industrial ou agrícola, «não realizem na média dos últimos três anos um volume de negócios líquido superior a € 200 000» (Decreto-Lei 98/2015) ou ainda entidades do setor não lucrativo cujo volume de negócios líquido não ultrapasse os € 150 000 em nenhum dos dois períodos anteriores, exceto quando estejam obrigadas à apresentação de demonstrações financeiras ou a integrem o perímetro de consolidação de uma entidade que apresente demonstrações financeiras consolidadas, segundo o n.º 2 do art.º 10 do Decreto-Lei 98/2015.

A contabilidade organizada caracteriza-se por um regime de tributação mais complexo do que o regime simplificado, permitindo aos sujeitos passivos a dedução da maioria dos encargos com a atividade profissional, exigindo ainda que:

- a) Todos os lançamentos devem estar apoiados em documentos justificativos, datados e suscetíveis de serem apresentados sempre que necessário;
- b) As operações devem ser registadas cronologicamente, sem emendas ou rasuras, devendo quaisquer erros ser objeto de regularização contabilística logo que descobertos (Lei n.º 2/2014).

Relativamente ao regime simplificado, enquadrado no n.º 2 do artigo.º 28 do CIRS (Decreto-Lei 442-A/88), em que «ficam abrangidos pelo regime simplificado os sujeitos passivos que, no exercício da sua atividade, não tenham ultrapassado no período de tributação imediatamente anterior um montante anual ilíquido de rendimentos desta categoria de € 200 000», destinando-se o regime simplificado a empresários em nome individual ou trabalhadores independentes, que necessitem de cumprir as obrigações declarativas e fiscais.

A empresa Maria da Conceição Mendes Monteiro Moio Pereira presta serviços de contabilidade aos mais variados setores de atividade económica, desde alojamento, restauração e similares, atividades de saúde humana e apoio social, ou ainda construção. A Figura 2.1 apresenta a segmentação dos setores de atividade das empresas clientes da entidade, enquadradas quer no regime de contabilidade organizada quer no regime de contabilidade não organizada, com base na Classificação Portuguesa das Atividades Económicas Rev. 3, segundo o Instituto Nacional de Estatística.

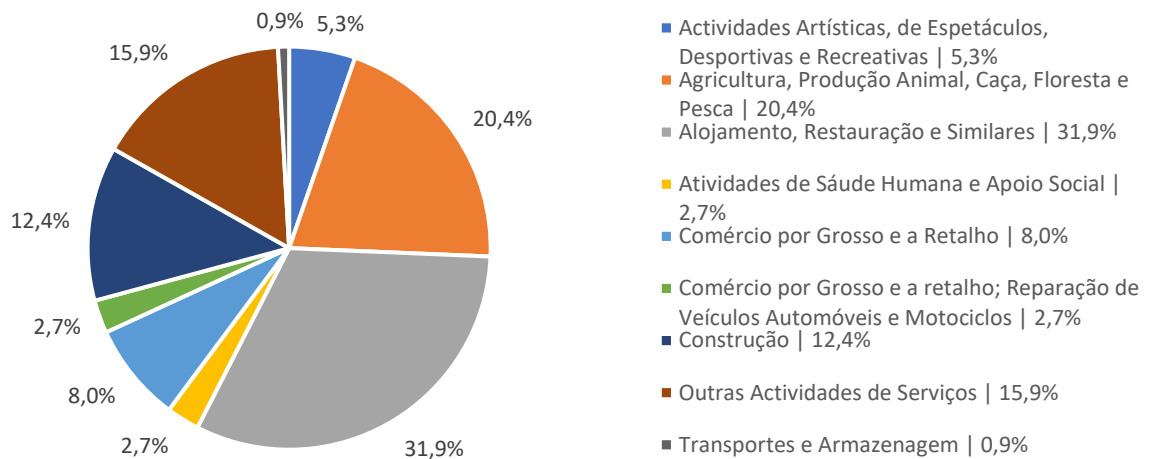


Figura 2.1 Empresas por Atividade Económica (%)

As atividades económicas de Alojamento, Restauração e Similares representam a maior proporção de empresas clientes da entidade (31,9%), seguidas das atividades de Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca, representando 20,4%. Cerca de 16% das entidades clientes da entidade inserem-se em Outras Actividades de Serviços, designando todos os prestadores de serviços especializados, nomeadamente atividades relacionadas com estética e cabeleireiros. Outra das atividades que apresenta uma expressão relevante é a da Construção, representando 12,4% das entidades da carteira de clientes da entidade. Existem ainda entidades representadas pelas restantes atividades económicas, embora a sua expressividade não seja tão relevante.

A empresa presta ainda outro tipo de serviço, nomeadamente processamento salarial, auxílio em apoios do Estado Português ou apoios oriundos de fundos da União Europeia, abertura de caixa postal eletrónica e ainda registo e abertura de livro de reclamações eletrónico.

A carteira de clientes da entidade encontra-se distribuída maioritariamente pelo distrito de Leiria, com especial relevância na cidade de Caldas de Rainha e arredores. Tal como sucede a nível nacional, predominam micro e pequenas entidades no gabinete de contabilidade da entidade. A Figura 2.2 comprova a relevância deste tipo de empresas no que respeita à expressividade das tipologias de empresas em Portugal segundo o Decreto-Lei 98/2015, considerando somente as empresas e empresários em nome individual da entidade enquadradas no regime de contabilidade organizada.

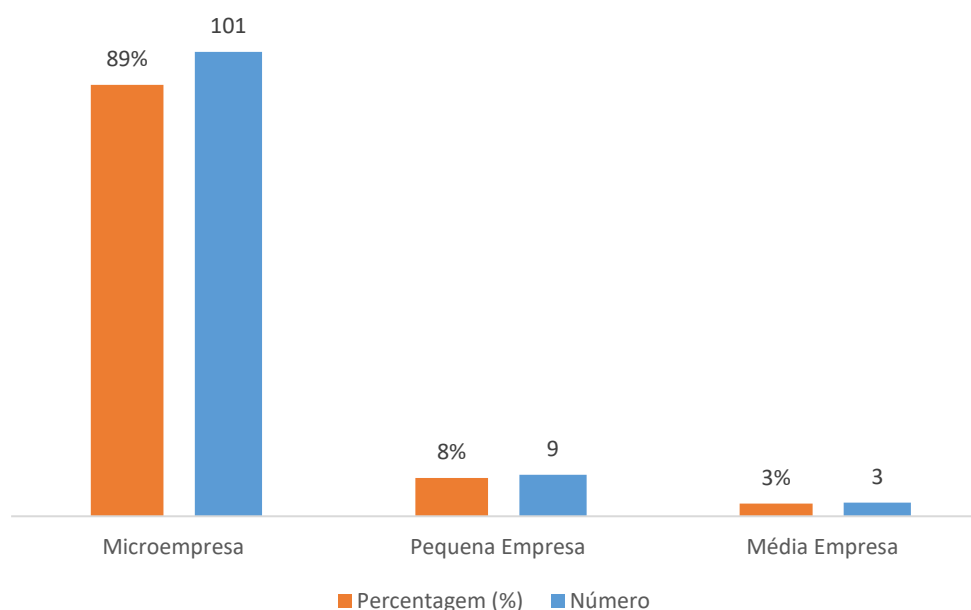


Figura 2.2 Empresas por Tipologia

A empresa Maria da Conceição Mendes Monteiro Moio Pereira tem atualmente 113 clientes com contabilidade organizada, tendo estagnado este número nos últimos anos, já que o limite de produtividade e entrega foi atingido. A entidade compromete-se a realizar serviços de contabilidade com profissionalismo e dedicação, respeitando quer a ética deontológica da profissão de contabilista certificado(a) e/ou técnico(a) de contabilidade, quer os prazos legais compulsórios ao exercício da atividade.

2.1.2. Quadro de Pessoal

A entidade é constituída pela gerente e Contabilista Certificada Maria da Conceição Pereira, pela administrativa de recursos humanos Catarina Isidoro, pela técnica de contabilidade Cristina Roque e ainda pela técnica de contabilidade Iara Codina.

Assim, e referindo o percurso profissional da gerente, a fundadora da entidade iniciou atividade em nome individual em 1980, tendo-se inscrito na Direção Geral dos Impostos, hoje Autoridade Tributária, como Técnica de Contas, designação da época. Dada a sua longa experiência na área de contabilidade, Maria da Conceição Pereira já atravessou algumas terminologias da profissão: inicialmente como Técnica de Contas, mais tarde como Técnica Oficial de Contas e atualmente como Contabilista Certificada. Maria da Conceição Pereira, como representante máxima da empresa e única Contabilista Certificada, é responsável por todas as obrigações declarativas inerentes à função, isto é, elaboração, conferência e entrega

dos documentos e declarações como a Informação Empresarial Simplificada (IES), o Imposto sobre Rendimentos de Pessoas Singulares (no caso dos empresários em nome individual), o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Modelo 22), as Declarações Periódicas do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e o Modelo 44. Para além das obrigações fiscais anteriormente abordadas, recai sobre a Contabilista Certificada a elaboração e conferência das demonstrações financeiras de cada empresa, ou seja, dependendo da tipologia de empresa, deverão ser elaboradas as seguintes demonstrações financeiras: balanço, demonstração de resultados por naturezas, demonstração de resultados por funções, demonstração das alterações no capital próprio, demonstração dos fluxos de caixa e anexo, segundo a Portaria 220/2015.

A colaboradora Catarina Isidoro realiza o processamento salarial, as obrigações declarativas da Segurança Social, emissão de certidões diversas quer da Segurança Social quer da Autoridade Tributária, emissão de recibos de Renda de clientes particulares, pesquisa, submissão e acompanhamento de apoios estatais, entrega do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) (Modelo 3 do IRS, empresários sem contabilidade organizada e particulares) e, por fim, atendimento ao cliente.

Encarregue da grande maioria da contabilidade das empresas com contabilidade organizada está Cristina Roque. Recebe, organiza, classifica e lança os documentos da atividade empresarial para efeitos contabilísticos. Adicionalmente, emite as retenções na fonte e envia as guias de pagamento dos encargos mensais aos clientes.

Bem como a colaboradora anteriormente apresentada, a colaboradora Iara Codinha também recebe, organiza, classifica e lança documentos, embora apenas das empresas com contabilidade não organizada. Neste sentido, também lhe foram atribuídas as seguintes funções: abrir a caixa postal eletrónica ou via Correios e Telecomunicações de Portugal (CTT) dos clientes, submeter o *Standard Audit File for Tax Purposes* (SAFT), solicitar o livro de reclamações eletrónico e ainda realizar o arquivo.

2.2. Organização da contabilidade e operações correntes

2.2.1. Receção, organização e lançamentos contabilísticos

A primeira etapa do tratamento da informação contabilística de uma empresa recai na receção dos documentos. Neste sentido, os documentos são maioritariamente entregues na sede da entidade, ou ainda pela deslocação de uma funcionária aos clientes, ou pelo envio por correio dos mesmos. Os documentos mencionados são rececionados com uma periodicidade predominantemente mensal, de forma a cumprir com as alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 41 do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA) (Decreto-Lei 102/2008).

Posteriormente à receção dos documentos segue-se a organização/separação dos mesmos. Inicialmente, importa verificar o cumprimento do n.º 5 do art.º 36 do CIVA (Decreto-Lei 102/2008):

5 - As faturas devem ser datadas, numeradas sequencialmente e conter os seguintes elementos:

a) Os nomes, firmas ou denominações sociais e a sede ou domicílio do fornecedor de bens ou prestador de serviços e do destinatário ou adquirente, bem como os correspondentes números de identificação fiscal dos sujeitos passivos de imposto;

b) A quantidade e denominação usual dos bens transmitidos ou dos serviços prestados, com especificação dos elementos necessários à determinação da taxa aplicável; as embalagens não efetivamente transacionadas devem ser objeto de indicação separada e com menção expressa de que foi acordada a sua devolução;

c) O preço, líquido de imposto, e os outros elementos incluídos no valor tributável;

d) As taxas aplicáveis e o montante de imposto devido;

e) O motivo justificativo da não aplicação do imposto, se for caso disso;

f) A data em que os bens foram colocados à disposição do adquirente, em que os serviços foram realizados ou em que foram efetuados pagamentos anteriores à realização das operações, se essa data não coincidir com a da emissão da fatura.

Imediatamente após a verificação dos documentos, estes são identificados por centro de custo, quando os mesmos existem, pois a organização seguinte será independente dos centros de custo. A organização e separação dos documentos contabilísticos é feita com base em

cinco diários, nomeadamente, vendas, caixa, bancos, fornecedores e operações diversas. Resumidamente os diários apresentados caracterizam-se da seguinte forma:

Vendas – organizam-se de forma sequencial as faturas, faturas-recibo, muitas vezes através do resumo do ficheiro SAFT. Neste diário as contas movimentadas a crédito são a 71 (Vendas) e a 72 (Prestação de Serviços), e a débito a conta 21 (Clientes) e 24 (IVA). Também que registam os recibos de clientes, movimentando a crédito a conta 21 (Clientes) pela conta 111 (Caixa).

Caixa – organizam-se de forma temporal as faturas-recibo e/ou recibos realizados a dinheiro. Encontram-se, portanto, as despesas com fornecimentos e serviços externos, que incluem os gastos indispensáveis à realização da atividade empresarial tais como refeições, portagens, ferramentas e utensílios, entre outros. Assim, movimenta-se a débito a conta 62 (Fornecimentos e Serviços Externos) e a crédito a 111 (Caixa).

Bancos - organizam-se de forma temporal as faturas-recibo e/ou recibos efetivados por pagamento bancário, fazendo-se acompanhar do(s) respetivo(s) extrato(s) bancário(s). Deste modo, e à semelhança do diário anterior, encontram-se as despesas de fornecimentos e serviços externos, compostas adicionalmente pelos seguros, rendas, eletricidade, comunicação e água, etc. O diário contém os recibos de regularização de compras aos fornecedores que são efetuados quer por transferência bancária, quer por cheque. Pertencem também a este diário os depósitos à ordem bem como os fechos de terminal de pagamento automático (TPA). Neste diário as contas movimentadas a débito são a 62 (Fornecimentos e Serviços Externos) e a 22 (Fornecedores) por contrapartida da 121 (Bancos). Movimentam-se também, a crédito a conta 111 (Caixa) e a débito a conta 121 (Bancos) para o caso dos depósitos à ordem, que para regularizar os recebimentos de clientes anteriormente lançado na conta 111 (Caixa) no diário de Vendas.

Fornecedores – organizam-se de forma cronológica todas as compras de mercadorias ou matérias-primas necessárias ao desenvolvimento da atividade económica bem como algumas despesas de fornecimentos e serviços externos. Por este motivo, as contas movimentadas a débito são a 31 (Compras), a 62 (Fornecimentos e Serviços Externos) e a 24 (IVA) pelo crédito da conta 22 (Fornecedores).

Operações Diversas – é composto por um único documento resumo do processamento salarial de cada mês, bem como por algumas operações não enquadráveis nos diários anteriormente apresentados.

Importa referir que a ordem dos diários pode diferir de empresa para empresa já que a estrutura dos mesmos deve ir ao encontro das necessidades de cada empresa.

A organização e separação dos documentos por diários simplifica e auxilia a classificação e o lançamento destes mesmos documentos. A classificação e o lançamento dos documentos são as duas etapas mais relevantes no processo contabilístico de cada empresa, já que serão estes a base para a verdadeira e fiel representação da situação da empresa. Para estas tarefas é necessária muita atenção, rigor, responsabilidade e concentração.

A classificação dos documentos é realizada com base no normativo nacional e no seu código de contas, ajustando o mesmo consoante a atividade económica de cada empresa. São seguidas as normas contabilísticas, nomeadamente a NCRF-PE. Os lançamentos são efetuados através do programa Stw Gestão Comercial, produzido por Analogia Informática e Contabilidade Lda, devidamente certificado. Os lançamentos iniciam-se pela identificação do diário, seguido da data do diário, que por defeito será sempre o último dia do mês a que se reportam os documentos. Seguidamente, é identificada a data do documento bem como o número interno do documento. No passo subsequente são colocadas as contas a débito e a crédito acompanhadas quer do seu valor monetário quer do número externo identificativo do documento.

2.2.2. Arquivo dos documentos

Na entidade o arquivo é dividido em três dossiers: um dossier de documentos contabilísticos, um dossier de documentos oficiais, e um dossier fiscal.

O dossier dos documentos contabilísticos é constituído pelos documentos de relevância contabilística, contendo os diários anteriormente apresentados, cujos documentos estão identificados pelo número interno sequencial, ordenados por ordem crescente.

A declaração de início de atividade e as suas alterações, os dados dos sócios e funcionários, os estatutos da empresa, os contratos de seguros, de arrendamento ou mesmo dos funcionários são exemplos dos documentos que são arquivados no dossier de documentos oficiais.

No dossier fiscal são organizados todos os documentos justificativos das demonstrações financeiras a 31 de dezembro de cada ano contabilístico. A Portaria n.º 92-A/2011, de 28 de fevereiro define quais os elementos necessários a incluir no dossier fiscal, podendo este ser

apresentado em suporte de papel ou em suporte digital. Assim, seguem-se os elementos exigidos pela Portaria n.º 92-A/2011:

- a) Relatório de gestão, parecer do conselho fiscal e documento de certificação legal de contas quando legalmente exigidos;
- b) Lista e documentos comprovativos dos créditos incobráveis;
- c) Mapa, de modelo oficial, de provisões, perdas por imparidade em créditos e ajustamentos em inventários;
- d) Mapa, de modelo oficial, das mais-valias e menos-valias;
- e) Mapa, de modelo oficial, das depreciações e amortizações;
- f) Mapas, de modelo oficial, das depreciações de bens reavaliados ao abrigo de diploma legal;
- g) Mapa do apuramento do lucro tributável por regimes de tributação;
- h) Mapa de controlo de prejuízos no Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (artigo 71.º do CIRC);
- i) Mapa de controlo das correções fiscais decorrentes de diferenças temporais de imputação entre a contabilidade e a fiscalidade;
- j) Outros documentos mencionados nos Códigos ou em legislação complementar que devam integrar o processo de documentação fiscal.

À semelhança da elaboração das demonstrações financeiras, o dossier fiscal é elaborado pela Contabilista Certificada, uma vez que é também responsável pelos procedimentos de encerramento do exercício. Os procedimentos de encerramento do exercício geram os documentos necessários à produção dos elementos pertencentes ao dossier fiscal. Para além dos elementos referidos pela Portaria n.º 92-A/2011, são também colocados todos os documentos considerados relevantes durante o ano contabilístico para a justificação das demonstrações financeiras. Exemplos de tais documentos são os planos prestacionais acordados entre a empresa e o Estado, as notificações da Autoridade Tributária ou da Segurança Social bem como as respetivas Certidões de Não Dívida a 31 de dezembro, os comprovativos de entrega e respetivas declarações como o Modelo 10, o Modelo 22, o Modelo 44 ou ainda a IES, entre outros.

2.2.3. Processamento de vencimentos

O processamento de vencimentos ou processamento salarial consiste no apuramento das remunerações auferidas pelos funcionários e sócios de cada empresa em determinado

período, por norma, mensal, fazendo cumprir todas as obrigações legais inerentes às mesmas. No final de cada mês o processamento salarial determina a quantia líquida que cada colaborador ou órgão social que tenha desempenhado funções na empresa tem direito.

Previamente ao processamento salarial é introduzido no programa informático de apoio ao processamento salarial, (desenvolvido pela mesma empresa que desenvolveu o programa contabilístico) o SAL, a ficha individual do funcionário, que inclui todos os dados necessários à emissão correta dos seus recibos de vencimento. Este procedimento apenas é realizado uma única vez, e atualizado sempre que haja necessidade.

Assim, posteriormente ao registo da ficha individual do funcionário, o primeiro passo a realizar é solicitar informação relativa aos funcionários de cada empresa, requisitando o número de trabalhadores ao serviço no mês em questão (incluindo as novas admissões ou as cessações de contratos de trabalho) bem como o número de dias trabalhados por cada funcionário. Adicionalmente, caso existam, devem ser exigidos os motivos de falta ao trabalho, registando se a falta foi justificada (baixa médica, acompanhamento a familiar, isolamento profilático por Covid-19, etc.) ou se a falta foi injustificada, por absentismo.

O passo seguinte passa por registar as informações recolhidas relativas aos funcionários ou órgãos sociais de cada empresa, introduzindo os dados facultados. O programa informático processa automaticamente o recibo de vencimento de cada funcionário e órgãos sociais, e todas as guias salariais, isto é, a folha dos salários para a contabilidade, a folha de férias, a folha com as contribuições para a Segurança Social, a folha com as retenções dos funcionários, a folha para efeitos de seguro e a Declaração Mensal de Remunerações.

Logo após o processamento salarial no programa SAL, é submetida a Declaração de Remunerações, quer no portal da *internet* da Segurança Social através da Segurança Social Direta, quer no Portal das Finanças, comunicando assim à Autoridade Tributária. Ambas as Declarações de Remunerações devem ser submetidas no máximo até ao dia 10 do mês seguinte ao qual se referem as remunerações, ao passo que o processamento salarial deve acontecer no final do mês a que diz respeito.

O processamento salarial não é abordado de forma pormenorizada no presente relatório uma vez que se destaca pela sua componente de Recursos Humanos, distanciando-se do objetivo do estágio de natureza profissional, focado essencialmente na contabilidade. Não obstante, o conhecimento do funcionamento de todo o negócio tornava imprescindível perceber o procedimento do processamento de vencimentos.

2.2.4. Práticas de controlo interno

As práticas de controlo interno constituem-se pelo conjunto de políticas e procedimentos desenvolvidos e operacionalizados de modo a assegurar a fiabilidade das demonstrações financeiras. De modo a garantir essa segurança na informação divulgada, são efetuados procedimentos de controlo interno tais como a elaboração de fitas de diário, a realização de reconciliação bancária e ainda a conferência dos saldos de fornecedores e clientes. De referir que estas práticas são realizadas com uma periodicidade mensal, e que os documentos não seguem para o arquivo dos documentos contabilísticos a menos que estas três conferências sejam efetuadas.

Intitulam-se fitas de diário, os papéis provenientes da calculadora onde se realizam operações de cálculos auxiliares no decorrer da classificação dos documentos, bem como para validar e conferir se os diários lançados se encontram corretos. Para tal, elaboram-se fitas de diário através do somatório do total dos créditos ou dos débitos, de modo a conferir se coincidem com o total dos créditos ou o total dos débitos apresentados no extrato de cada diário do programa contabilístico de lançamento dos documentos. Caso o saldo do extrato do diário não seja igual ao somatório da calculadora, analisa-se documento a documento para encontrar o erro e devidamente o corrigir.

A reconciliação bancária apresenta-se como uma das práticas cruciais aquando da conferência dos documentos contabilísticos, constituindo-se como o apuro de eventuais diferenças entre o saldo do extrato bancário entregue pelo cliente e produzido por cada entidade bancária, e o saldo do extrato do diário de bancos do programa contabilístico, durante o mesmo período de tempo. Pela confrontação dos dois extratos, podem encontrar-se erros de lançamento ou ainda entradas ou saídas de valores que ocorreram em meses diferentes, quer no passado, quer no futuro. Deve considerar-se o facto de um débito bancário corresponder a um crédito contabilístico, e o seu contrário, isto é, um crédito bancário corresponder a um débito contabilístico. No primeiro caso, trata-se de uma saída de dinheiro, enquanto que no segundo caso, se trata de uma entrada.

Para melhor compreender os deveres e direitos que cada empresa tem para com empresas terceiras, torna-se relevante efetuar a verificação dos saldos quer de clientes, quer de fornecedores.

Para a conferência do saldo de clientes, é extraído do programa contabilístico um extrato da conta 21 (Clientes) para o período desejado, o qual é confrontado com os mapas de faturação

e recebimento enviados para a entidade. Procede-se também à circularização dos saldos dos principais clientes, que, através da solicitação dos saldos aos clientes, se garante que os saldos se encontram corretos.

A recolha do extrato da conta 22 (Fornecedores) é o primeiro passo para a conferência do saldo de fornecedores, já que neste caso, importa também verificar se o saldo de cada fornecedor é devedor ou credor. Neste sentido, são extraídos do site E-fatura todos os documentos emitidos por cada fornecedor, permitindo desta forma confrontar com o extrato da contabilidade se existiram faturas ou notas de crédito lançadas em duplicado, ou por outro lado, se existem faturas ou notas de crédito que não foram lançadas por ausência da sua entrega à entidade. Tal como para os clientes, é realizada também a circularização dos saldos de fornecedores.

2.3. Obrigações Fiscais

2.3.1. Modelo 10

A declaração do Modelo 10 constitui uma obrigação presente no Código do IRS (Decreto-Lei 442-A/88, 1988) na subalínea ii) da alínea c) e da alínea d) do art.º 119 para residentes em território nacional que auferiram rendimentos sujeitos a impostos e retenções na fonte, exceto categoria A. Segundo este artigo, a declaração deve ser entregue até ao final do mês de fevereiro do ano seguinte ao qual respeitam os rendimentos, rendimentos estes sujeitos a IRS, ou seja, rendimentos das categorias B, E, F, G e H.

Através dos lançamentos contabilísticos mensais, o programa contabilístico gera automaticamente um ficheiro anual com as retenções de cada titular dos rendimentos. O ficheiro é exportado para o portal da Autoridade Tributária e é emitida a Declaração de Rendimentos para entrega aos titulares do rendimento.

2.3.2. Modelo 44

O modelo 44 representa uma obrigação declarativa imposta pela alínea b) do n.º 5 do art.º 115 do Código do IRS (Decreto-Lei 442-A/88, 1988), segundo o qual devem ser comunicados todos os rendimentos da categoria F – Rendimentos Prediais, até ao final do mês de janeiro de cada ano, respeitantes aos rendimentos do ano cessado. A declaração é entregue pela internet através do Portal das Finanças ou então em suporte papel numa qualquer repartição de finanças.

Na empresa Maria da Conceição Mendes Monteiro Moio Pereira o Modelo 44 é elaborado pela responsável de Recursos Humanos manualmente e diretamente preenchido no Portal da Autoridade Tributária.

2.3.3. Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

A obrigação declarativa anual do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (Decreto-Lei 442-A/88, 1988)

incide sobre o valor anual dos rendimentos das categorias seguintes, mesmo quando provenientes de atos ilícitos, depois de efetuadas as correspondentes deduções e abatimentos:

Categoria A - Rendimentos do trabalho dependente;

Categoria B - Rendimentos empresariais e profissionais;

Categoria E - Rendimentos de capitais;

Categoria F - Rendimentos prediais;

Categoria G - Incrementos patrimoniais;

Categoria H - Pensões.

A determinação do rendimento coletável depende das taxas imputáveis a cada categoria de rendimentos e das formas de cálculo específicas de cada categoria. Os art.º 99 ao 101 do CIRS (Decreto-Lei 442-A/88) clarificam as regras gerais e os mecanismos de aplicação da retenção na fonte para os rendimentos da categoria A e H.

A entidade preenche eletronicamente a declaração de IRS para todos os clientes enquanto trabalhadores independentes ou empresários em nome individual enquadrados no regime simplificado de tributação, bem como presta o mesmo serviço para particulares que necessitem de auxílio no preenchimento da declaração dada a fonte dos seus rendimentos, isto é, rendimentos do trabalho dependente, rendimentos capitais, prediais ou incrementos patrimoniais ou ainda a pensionistas.

2.3.4. IRC

O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas diz respeito a um imposto que incide sobre os lucros das empresas com atividades económicas, quer sejam comercial, industrial

ou agrícola, segundo a alínea a) do n.º 1 do art.º 3 (Lei 2/2014). O apuramento do lucro tributável de cada empresa é calculado através do preenchimento do Modelo 22.

A obrigação declarativa Modelo 22 pretende obter o montante de imposto a pagar ou a recuperar, como consequência do apuramento do lucro ou do prejuízo das empresas no período de um ano. Esta declaração deve ser entregue anualmente até ao último dia do mês de maio, referindo-se ao período do ano transato cessado. Existem três quadros principais aquando da elaboração do Modelo 22, dividindo-se em três etapas;

1.ª Etapa – Apuramento do Lucro Tributável: obtido a partir do quadro 07;

2.ª Etapa – Apuramento da Matéria Coletável: obtido a partir do quadro 09;

3.ª Etapa – Apuramento do imposto: calculado e obtido a partir do quadro 10.

A determinação do lucro tributável é fornecida pelo n.º 1 do art.º 17 do CIRC (Lei 2/2014), referindo que este é «constituído pela soma algébrica do resultado líquido do período e das variações patrimoniais positivas e negativas verificadas no mesmo período e não refletidas naquele resultado, determinados com base na contabilidade». Isto é, ao resultado líquido do exercício é necessário fazer as correções de natureza fiscal, presentes e discriminadas no quadro 07.

Calculado o lucro tributável, pode computar-se a Matéria Coletável. Assim, de modo geral, ao lucro tributável são deduzidos os prejuízos fiscais, nos termos do art.º 52 do CIRC (Lei 2/2014) e os benefícios fiscais eventualmente existentes, segundo o art.º 15 do CIRC (Lei 2/2014). No entanto, o cálculo da matéria coletável difere consoante o tipo de entidade, conforme é demonstrado seguidamente:

- a) Sujeitos passivos de IRC residentes com atividade principal de natureza comercial, industrial ou agrícola

Matéria Coletável =

Lucro Tributável – Prejuízos Fiscais – Benefícios Fiscais (2.1)

- b) Sujeitos passivos de IRC residentes sem atividade principal de natureza comercial, industrial ou agrícola

Matéria Coletável = Rendimento Global – Gastos comuns imputáveis (2.2)

- c) Sujeitos passivos de IRC não residentes com estabelecimento estável

Matéria Coletável = Rendimentos obtidos em Portugal (2.3)

Após o apuro da Matéria Coletável aplica-se a taxa de IRC que se situa nos 21%, exceto nos casos seguidamente abordados. No caso das pequenas ou médias empresas o lucro é taxado a 17% nos primeiros 25.000 €, e a 21% para o excedente desse valor. No caso das empresas de entidades não residentes em Portugal, incide a taxa de 25% sobre a matéria coletável. Para as empresas residentes que não exerçam, a título principal, atividades de natureza comercial, industrial ou agrícola, a taxa é de 21%.

Depois de apurada a coleta, deve somar-se a derrama estadual, que se constitui como uma taxa extra para lucros tributáveis superiores a € 1.500.000 (n.º 1 do art.º 87 - A do CIRC, Lei n.º 2/2014), aplicada de forma progressiva, como apresentado no Quadro 2.1.

Quadro 2.1 Taxas Extra de Tributação por Montante do Lucro Tributável

Lucro Tributável (€)	Taxa Extra (%)
De 1.500.000 até 7.500.000	3
De 7.500.000 até 35.000.000	5
Superior a 35.000.000	9

Fonte: Elaboração própria com base no art.º 87 do CIRC

Posteriormente à adição da derrama estadual, nos casos relevantes, são deduzidos os benefícios fiscais, aplicáveis ao abrigo do Estatuto dos Benefícios Fiscais, bem como os pagamentos especiais por conta. A dupla tributação jurídica e económica internacional e o adicional ao imposto municipal sobre imóveis também constituem deduções à coleta total apurada.

Subsequentemente são adicionadas à coleta a derrama e as tributações autónomas. A derrama representa uma taxa aplicada ao lucro tributável pelos diferentes municípios de Portugal, geralmente até um máximo de 1,5%. Estas taxas são determinadas e publicadas anualmente pela Autoridade Tributária. Quanto às tributações autónomas, estas caracterizam-se como uma tributação adicional e independente a todos os sujeitos passivos de IRC. As tributações autónomas incidem sobre gastos não diretamente relacionados com a atividade económica

da empresa. É neste sentido que estes gastos são tributados de forma dissociada dos lucros ou prejuízos que a empresa possa ter no período, prevenindo a evasão e fraude fiscal. Os gastos associados às tributações autónomas, bem como as respetivas taxas aplicadas, são apresentados no art.º 88 do CIRC (Lei 2/2014, 2014), e correspondem, de uma forma geral, às despesas não documentadas, à aquisição de viaturas, às despesas de representação, às ajudas de custo e compensações, etc.

Por fim, depois de deduzidos os pagamentos por conta e adicionados quer a derrama municipal, quer as tributações autónomas, está determinado o valor a liquidar ou a recuperar.

2.3.4.1. Pagamentos por conta (PPC)

Os pagamentos por conta representam adiantamentos do imposto sobre as pessoas coletivas ao estado, e, segundo o n.º 1 do art.º 105 do CIRC (Lei 2/2014, 2014) são determinados segundo a matéria coletável apurada no período de tributação imediatamente anterior, sendo liquidado em três momentos ao longo do ano, em julho, setembro e dezembro.

Para entidades cujo volume de negócios do período de tributação anterior seja igual ou inferior a € 500.000, os pagamentos por conta devem totalizar apenas 80% do imposto apurado, já subtraídas as retenções na fonte. Já para entidades com volumes de negócios superiores a € 500.000, o imposto a liquidar em três pagamentos por conta situa-se nos 95%, após a subtração da retenção na fonte ao imposto apurado.

Também existe lugar ao pagamento por conta para pessoas singulares com rendimentos da categoria B, ou seja, os rendimentos empresariais ou profissionais cuja atividade exercida seja comercial, industrial, agrícola, silvícola ou pecuária (art.º 3 do CIRS, Decreto-Lei 442-A/88).

Conforme apresentado anteriormente, os pagamentos por conta revelam impacto no apuramento do IRC, calculado através do Modelo 22. Assim se depreende que, se os pagamentos por conta liquidados forem superiores ao imposto apurado para o período de tributação, haverá lugar a recuperação de imposto. Pelo contrário, se o imposto determinado se demonstrar superior aos pagamentos por conta efetuados, existirá imposto a pagar. Segundo o art.º 102 do CIRS (Decreto-Lei 442-A/88, 1988), os PPC das pessoas singulares também se realizam até ao dia 20 dos meses de julho, setembro e dezembro, no entanto, o cálculo é baseado nos rendimentos do penúltimo ano, tal como demonstrado na seguinte fórmula:

$$PPC = \left[CL (N - 2) \times \frac{RL\ Positivo (N-2)}{RL\ Total} - Retenções (N - 2) \right] \times 76,50\% \quad (2.4)$$

CL – Coleta líquida de deduções do penúltimo ano

RL Positivo – Rendimento líquido positivo da categoria B, do penúltimo ano

RL Total – Rendimento líquido total da categoria B, do penúltimo ano

Fonte: Elaboração própria com base no art.º 102 do CIRS

2.3.4.2. Pagamento Especial por Conta (PEC)

À semelhança dos pagamentos por conta, as entidades que exerçam como atividade principal, o comércio, a indústria ou a agricultura, estão também obrigadas a realizar o Pagamento Especial por Conta (PEC). O PEC tem lugar a liquidação durante o mês de março, ou em duas prestações, março e outubro (n.º 1 art.º 106 do CIRC, Lei n.º 2/2014). Segundo o n.º 2 do artigo 106.º do CIRC (Lei n.º 2/2014, 2014), o pagamento especial por conta corresponde a «1 % do volume de negócios relativo ao período de tributação anterior, com o limite mínimo de € 850, e, quando superior, é igual a este limite acrescido de 20% da parte excedente, com o limite máximo de € 70 000». Ao valor calculado do PEC, deduzem-se os PPC determinados anteriormente.

O PEC é, tal como o PPC, um adiantamento por conta do imposto que irá ser liquidado relativamente ao respetivo período de tributação. No entanto, e pela aprovação do Orçamento de Estado de 2022, o PEC encontra-se extinto, não existindo, futuramente, lugar ao adiantamento do respetivo imposto (Lei n.º 12/2022). Com efeito, no n.º 7 do Ofício Circulado n.º 20208 de 18 de março de 2019, já era permitida a dispensa do PEC relativo a 2019, se tivesse disso cumprida a «entrega atempada das declarações Mod 22 e IES referentes aos períodos de tributação de 2017 e de 2018». A medida pretende aliviar as PME dos encargos financeiros e operacionais que estas suportam.

2.3.5. IVA

Foi aprovado a 19 de dezembro de 1984 o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, através do Decreto-Lei 394-B/84, eliminando o Código do Imposto de Transações até então vigente. O Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) é um imposto indireto que incide sobre o consumo de bens e serviços em território nacional (n.º 1 do art.º 1 do CIVA),

aplicando-se uma taxa reduzida, uma intermédia e uma normal, que podem variar entre 4% e 23% conforme a transmissão ocorra em Portugal Continental ou nas Regiões Autónomas (n.º 1 e n.º 2 do art.º 18 do CIVA). Segundo o n.º 1 do art.º 1 que o legisla, o IVA também incide sobre as importações de bens e sobre as operações intracomunitárias, estas últimas reguladas e definidas pelo Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias.

Este imposto constitui-se como plurifásico, já que o Estado recebe o imposto por cada fase do circuito económico do bem ou da prestação de serviços. Pelo contrário, o consumidor final suporta todo o imposto num único momento, o da compra. De acordo com o ponto de vista das entidades sujeitas de IVA, estas podem liquidar o imposto através das vendas, da prestação de serviços ou dos adiantamentos de clientes. Em contrapartida, a dedução do imposto resulta da aquisição de bens e serviços, da compra de ativos e existências, das importações e dos adiantamentos a fornecedores.

Para além do regime geral de tributação do IVA, existem também regimes especiais, nos quais se incluem o regime de isenção, o regime dos pequenos retalhistas e ainda o regime de tributação dos combustíveis líquidos aplicável aos revendedores. Nenhum dos sujeitos passivos obrigados a possuir contabilidade organizada para efeitos de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) ou de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) pode ficar enquadrado no regime especial de isenção presente no art.º 53 ou ainda no regime dos pequenos retalhistas.

O regime especial de isenção está regulamentado no CIVA nos art.º 53 a 59, os quais referem que os sujeitos passivos que não pratiquem operações de importação, exportação ou atividades conexas, que não sejam obrigados a possuir contabilidade organizada, e que não tenham auferido no ano anterior um volume de negócios superior a € 12.500, não liquidam nem deduzem IVA. O regime especial de isenção não é determinado pela atividade económica exercida pelo sujeito passivo, mas sim pela dimensão económica em que o mesmo se encontra.

De acordo com o n.º 1 do art.º 60 do CIVA, o regime especial dos pequenos retalhistas aplica-se aos «retalhistas que sejam pessoas singulares, não possuam nem sejam obrigados a possuir contabilidade organizada para efeitos de IRS e não tenham tido no ano civil anterior um volume de compras superior a 50000 euros». Aos sujeitos passivos enquadrados neste regime é aplicado um coeficiente de 25% ao valor do imposto nas compras que se destinem a vendas sem transformação.

A periodicidade da cobrança do imposto para os sujeitos passivos de IVA é mensal ou trimestral, sendo a obrigação declarativa da entrega da declaração periódica de IVA «até ao dia 10 do segundo mês seguinte àquele a que respeitam as operações» (Decreto-Lei n.º 102/2008) no primeiro caso, e, «até ao dia 15 do segundo mês seguinte ao trimestre do ano civil a que respeitam as operações» (Decreto-Lei n.º 102/2008), no último caso. A obrigatoriedade da inclusão no regime mensal de IVA resulta de um volume de negócios igual ou superior a 650.000,00€ no ano civil anterior. Assim sendo, um volume de negócios inferior a 650.000,00€ no ano civil anterior enquadra a empresa no regime trimestral de IVA, com opção de entrega mensal caso o desejem, devendo manter-se pelo menos três anos nesse mesmo regime, segundo o n.º 2 do art.º 41 do CIVA (Decreto-Lei n.º 102/2008).

O apuramento do IVA na entidade é realizado no final do período do imposto após todos os lançamentos terem sido efetuados. É apurado informaticamente e de forma automática, pois o programa contabilístico preenche a declaração periódica de IVA. De qualquer forma compete à Contabilista Certificada verificar se o imposto a liquidar resulta do total do IVA a liquidar (2433), subtraído do IVA a deduzir (2432), adicionado das regularizações de IVA a favor da empresa (2434), e subtraídas as regularizações de IVA a favor do Estado (2434). Se o valor do imposto apurado for superior a € 0,00, é emitida uma guia de pagamento do IVA. Se porventura o imposto calculado seja inferior a € 0,00, a empresa poderá recuperar o valor através de duas formas: solicitando o reembolso de IVA, sendo necessário cumprir os requisitos impostos no art.º 22 do CIVA no seu n.º 5, ou reportando o valor apurado para os períodos seguintes, segundo o n.º 4, art.º 22 do CIVA (Decreto-Lei n.º 394-B/84).

2.3.6. Informação Empresarial Simplificada

A IES foi aprovada em 2007 pelo Decreto-Lei n.º 8/2007, determinando a existência de um documento único que cumprisse as obrigações legais das empresas. Neste sentido, e para evitar a entrega em papel a diversas entidades nacionais, a IES veio permitir fazer o depósito das contas eletronicamente no site do Portal das Finanças, facultando a informação ao Ministério das Finanças, ao Ministério da Justiça, ao Instituto Nacional de Estatística, à Direção Geral das Atividades Económicas e ao Banco de Portugal, simultaneamente.

A IES contém informação de natureza contabilística, fiscal e estatística, e, de acordo com o n.º 1 do art.º 2 do Decreto-Lei 8/2007, permite cumprir as seguintes obrigações legais:

- a) Declaração anual de informação contabilística e fiscal, quer para sujeitos passivos de IRS como para sujeitos passivos de IRC;

- b) Registo da prestação de contas;
- c) Informação para fins estatísticos para o Instituto Nacional de Estatística;
- d) Informação contabilística para fins estatísticos para o Banco de Portugal.

A IES é composta por vinte e um anexos, cabendo a cada entidade reportar aqueles a que legalmente está obrigada a preencher. O quadro 5 da folha de rosto da declaração identifica o número de anexos que compõe a declaração, anexos esses que variam conforme a dimensão da empresa.

Na entidade, é utilizado um programa complementar para o preenchimento e elaboração da IES. O programa Defir importa do programa contabilístico o balancete analítico a 31 de dezembro, e preenche automaticamente a maioria dos campos. Algumas notas são adaptadas conforme as necessidades de divulgação. O programa cria um ficheiro que é seguidamente validado e submetido no Portal da Autoridade Tributária.

2.4. Obrigações não fiscais

2.4.1. Fundo de Compensação do Trabalho e Fundo de Garantia da Compensação do Trabalho

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e o Fundo de Garantia da Compensação do Trabalho (FGCT) representam duas obrigações não fiscais, mas obrigatórias para o decorrer da atividade económica das empresas quando existe trabalho dependente. Desde Outubro de 2013, pela Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, todos os contratos de trabalho têm de aderir ao FCT e ao FGCT, cumprindo as seguintes obrigações:

- 0,925% do vencimento base e diuturnidades devidas a cada trabalhador abrangido por esta lei, para o FCT;
- 0,075% da retribuição base e diuturnidades devidas a cada trabalhador abrangido, para o FGCT.

Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P. é a entidade gestora de ambos os fundos, no entanto, estes são autónomos e têm personalidade jurídica. O FCT pretende assegurar o «pagamento até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho» (Lei n.º 70/2013). Já o FGCT consiste num fundo mutualista, «garantindo a cobertura de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho» (Lei n.º 70/2013).

2.4.2. Contribuições para a Segurança Social

A Segurança Social representa um sistema de proteção social que visa garantir os direitos básicos dos cidadãos e a igualdade de oportunidades, cujos objetivos e princípios se encontram expostos no site oficial desta entidade, disponível em <https://www.seg-social.pt>. A fim de que estes objetivos sejam cumpridos é necessário efetuar contribuições mensais para a Segurança Social quer segundo o regime geral de trabalhadores por conta de outrem, quer por trabalhadores independentes. A taxa contributiva para o regime geral situa-se nos 34,75% sobre a remuneração ilíquida de cada trabalhador, dividindo-se em 23,75% a cargo da entidade empregadora e 11% por conta do trabalhador. Já no caso dos trabalhadores independentes, a taxa contributiva incide sobre um terço do rendimento relevante de cada período declarativo, fixando-se durante 3 meses, podendo representar 21,4% para os trabalhadores independentes ou 25,2% para os empresários em nome individual.

2.5. Operações relevantes de encerramento

As operações de encerramento ou de fim de exercício compreendem os registos, movimentos e lançamentos necessários a executar no fim do exercício económico, de modo a apurar os resultados e a elaborar as demonstrações financeiras. De seguida expõe-se de forma mais pormenorizada os procedimentos a realizar no âmbito da análise de um balancete, da análise de centros de custo, das depreciações e amortizações e das demonstrações financeiras.

2.5.1. Análise de um balancete

O balancete consiste na demonstração de todas as contas movimentadas ao longo de determinado período, indicando a situação em que determinada empresa se encontra nesse mesmo período. O balancete é elaborado após as conferências mensais e as práticas de controlo interno, de forma a apresentar informação fidedigna, real e correta. Neste documento contabilístico são representadas todas as contas movimentadas, incluindo os respetivos saldos, sejam estes credores ou devedores. Revela-se importante referir que a totalidade dos saldos devedores devem coincidir com a totalidade dos saldos credores, para que o balancete se encontre saldado.

Na entidade, para além do balancete de fecho, de 31 de dezembro, são também elaborados balancetes analíticos mensais, a pedido dos clientes, para fornecer informações a entidades

externas, como por exemplo a instituições financeiras aquando de um pedido de financiamento.

A análise de um balancete é, então, realizada todos os meses e no fim do exercício, imprimindo um balancete de 31 de dezembro do ano a analisar, através do programa contabilístico. Seguidamente, são verificadas individual e sequencialmente todas as contas do código de contas que se encontram representadas no respetivo balancete.

Assim, efetuam-se, de forma geral, as seguintes verificações:

- a) Verificar se o saldo da folha de caixa é igual ao saldo da conta 11 (Caixa);
- b) Verificar se o saldo dos extratos bancários é igual ao saldo da conta 12 (Depósitos à Ordem);
- c) No caso de empresas que não efetuem vendas a crédito, verificar se o saldo de clientes é nulo. No caso de empresas com vendas a crédito, conferir se o saldo de clientes coincide com o total das faturas cujo recibo ainda não foi emitido;
- d) Verificar os saldos das contas correntes de fornecedores, solicitando os extratos de conta aos respetivos fornecedores, comparando-os com os extratos de fornecedores do programa contabilístico;
- e) Verificar se a conta das operações com pessoal se encontra com os saldos corretos, isto é, se os saldos correspondem aos valores a liquidar ou a receber;
- f) Conferir os saldos das contas 24, nomeadamente, as respeitantes aos compromissos com a Segurança Social e a Autoridade Tributária, verificando se os valores do balancete correspondem aos valores a liquidar no período seguinte;
- g) Conferir os empréstimos bancários bem como as locações financeiras, comparando as respetivas contas do balancete com os planos de pagamento emitidos pelas instituições financeiras, consultando a Central de Responsabilidades do Banco de Portugal;
- h) Apurar os clientes de cobrança duvidosa, analisando os créditos de clientes em mora, de forma a poder executar as devidas imparidades;
- i) Verificar se as contas de outros devedores e credores correspondem aos valores que efetivamente são devidos a liquidar ou a receber;
- j) Regularizar as estimativas de férias e subsídios de férias liquidadas no exercício, e estimar os valores a liquidar no ano seguinte, estas últimas respeitantes ao exercício em causa;

- k) Estimar os valores a liquidar ou a receber no próximo exercício, cujo gasto ou rendimento já foi imputado ao exercício corrente;
- l) Verificar as compras de ativos fixos tangíveis ou de intangíveis, questionando sobre a sua permanência ou não, e inspecionar os respectivos mapas de amortizações e depreciações;
- m) Verificar se o total das vendas coincide com o total apresentado no portal E-Fatura;
- n) Realizar a regularização de existências, solicitando ao cliente a contagem física do inventário a 31 de dezembro, e no caso de inventário intermitente, assumir o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas;
- o) Realizar a estimativa do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a liquidar.

Após todas as conferências estarem realizadas, pode elaborar-se com certeza e fiabilidade todas as demonstrações financeiras, de modo a melhor perceber os resultados da empresa e a sua posição financeira.

2.5.2. Análise de centros de custo

Para além da análise do balancete analítico, revela-se importante analisar também o balancete por centros de custo, nas empresas em que os mesmos existem. Os centros de custos caracterizam-se por departamentos ou segmentos de uma empresa, que têm custos próprios a ser imputados, pertencendo e contribuindo para a estrutura organizacional da empresa como um todo. Os centros de custos podem ser independentes entre si.

Na entidade existem duas situações em que se aplicam centros de custo: uma no caso em que uma empresa é composta por mais do que um estabelecimento, e outra no caso da atividade da construção civil, em que cada obra constitui um centro de custo.

A existência dos centros de custo permite analisar os resultados obtidos por cada centro de custo individualmente, permitindo verificar se existe lucro ou prejuízo, bem como entender qual o impacto que cada centro de custo causa nos resultados da empresa como um todo. O resultado obtido nos diferentes centros de custo para determinado período de tempo tem de coincidir com o resultado apurado no balancete analítico para o mesmo período, pela diferença entre as contas da classe 7 (Rendimentos) e as contas da classe 6 (Gastos) e/ou das contas da classe 3 (Inventários e Ativos Biológicos).

Na verificação dos balancetes por centros de custos, confirma-se se as despesas e compras imputadas e as vendas apuradas verdadeiramente correspondem ao centro de custo em causa. Excetuando as contas do código de contas acima mencionadas (Classes 3, 6 e 7), todas as outras contas não deverão pertencer a nenhum centro de custo, por se constituírem como despesas gerais, sendo necessário corrigir quando tal sucede.

2.5.3. Depreciações e amortizações

Na entidade é também um procedimento de encerramento a conferência das depreciações e amortizações aos quais os ativos fixos tangíveis e os ativos intangíveis estão sujeitos, respetivamente.

Sendo os ativos fixos tangíveis itens tangíveis detidos para o «uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para arrendamento ou para fins administrativos, passíveis de utilização por mais de um período contabilístico» (Aviso n.º 8256/2015), estes devem ser sujeitos a depreciações sistemáticas ao longo da sua vida útil, segundo os métodos da linha reta, do saldo decrescente ou ainda das unidades de produção. Na entidade o método utilizado é, na generalidade dos casos, o método da linha reta, em que a taxa de depreciação é apurada através da consulta do Decreto-Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro. A aplicação das taxas pelo decreto enunciado pretende unificar o critério fiscal com o contabilístico, permitindo assim reduzir o número de ajustes necessários a realizar no Quadro 07 do Modelo 22 do IRC.

Para o caso dos ativos intangíveis com vida útil finita, caracterizados por ativos não monetários e sem substância física, os métodos de amortização equiparam-se aos métodos de depreciação dos ativos fixos tangíveis. Para os ativos intangíveis com vida útil indefinida, a Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 6 determina que a amortização do ativo deve acontecer no prazo máximo de 10 anos. O método da linha reta é o utilizado na entidade para a realização das amortizações dos ativos intangíveis.

Para cada ativo adquirido por uma empresa cliente da entidade é registada no programa contabilístico uma ficha do equipamento/ativo, onde são colocadas as seguintes informações: nome do artigo, data de aquisição, data de utilização, valor de aquisição, conta do código de contas a que este bem está associado (incluindo a conta de depreciação/amortização associada), nome do fornecedor, número da fatura e taxa de amortização ou depreciação. Este procedimento de abertura de ficha do equipamento mostra-se crucial, pois permite ao programa contabilístico realizar as depreciações/amortizações de

forma automática. Após o processamento das depreciações e/ou amortizações, os balancetes emitidos seguidamente encontrar-se-ão mais fiéis à real posição financeira e desempenho de determinada empresa. De referir que a conferência das depreciações/amortizações é realizada através da comparação entre o balancete analítico e o mapa de processamento das depreciações/amortizações emitido pelo programa contabilístico.

2.5.4. Elaboração das demonstrações financeiras

Depois de concretizados os procedimentos de encerramento anteriormente abordados, procede-se à elaboração das demonstrações financeiras, cujo objetivo principal é proporcionar informação acerca da situação financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa de uma entidade que sejam úteis para a generalidade dos utentes no processo de tomada de decisão (Aviso n.º 8254/2015). As demonstrações financeiras a serem elaboradas devem respeitar as disposições apresentadas na NCRF 1 (Aviso n.º 8256/2015) aquando das Bases para Apresentação das Demonstrações Financeiras:

- a) Continuidade, pressupondo que a entidade irá prosseguir com a sua atividade nos períodos seguintes;
- b) Regime do acréscimo, as demonstrações financeiras devem seguir o regime do acréscimo, exceto a demonstração dos fluxos de caixa;
- c) Consistência de apresentação, prevendo demonstrações financeiras semelhantes de um período para outro;
- d) Materialidade e agregação, evidenciando separadamente as rubricas materialmente relevantes;
- e) Compensação, não procedendo à compensação de ativos e passivos nem de rendimentos e gastos;
- f) Informação comparativa, apresentando os valores relativos ao período anterior para efeitos de comparação;
- g) Identificação das demonstrações financeiras, impondo a identificação clara e distinta entre as diferentes demonstrações financeiras ou outros documentos relevantes;
- h) Período de relato, sugerindo a periodicidade anual.

Segundo a NCRF 1 (Aviso n.º 8256/2015), o conjunto completo das demonstrações financeiras é composto pelo balanço, demonstração dos resultados, demonstração das alterações no capital próprio, demonstração dos fluxos de caixa e anexo. No entanto, e no caso da entidade, dada a elevada relevância de pequenas, médias e micro entidades,

elaboram-se as demonstrações financeiras aplicáveis pela NCRF para Pequenas Entidades (Aviso n.º 8257/2015) e pela Norma Contabilística para Microentidades (Aviso n.º 8255/2015), ou seja, o balanço, a demonstração dos resultados e o anexo, em modelos reduzidos, exemplificados nas respetivas normas.

Na entidade a elaboração das demonstrações financeiras é realizada pela Contabilista Certificada com o auxílio do programa complementar de contabilidade, o Defir. Para este último importa a informação do balancete a 31 de dezembro, reunindo as informações necessárias para processar de forma automática a elaboração das demonstrações financeiras.

De referir que, para além da validação e conferência das demonstrações financeiras elaboradas, a Contabilista Certificada introduz também a informação da ata da aprovação do fecho de contas.

2.6. Tarefas realizadas pelo aluno estagiário

O presente subponto pretende identificar e clarificar as tarefas executadas pelo aluno estagiário no âmbito da realização do estágio de natureza profissional na entidade Maria da Conceição Mendes Monteiro Moio Pereira, seguindo a ordem de trabalhos anteriormente apresentada.

De forma a desempenhar o primeiro passo do processo contabilístico, foi feita a recolha dos documentos para a contabilidade, deslocando-se para o efeito aos estabelecimentos comerciais dos clientes, bem como a realização de atendimento ao balcão aos clientes cuja entrega documental se efetua no gabinete da entidade. Procedeu-se também à separação e organização documental, iniciando pela identificação dos centros de custo, quando existentes, e posterior ordenação dos documentos, quer por ordem cronológica e sequencial, quer pela ordem de diários pré-estabelecida, isto é, vendas, caixa, bancos, fornecedores e operações diversas.

A realização dos passos seguintes compreenderam a classificação e lançamento dos documentos contabilísticos. Para o efeito, o aluno teve o apoio da Contabilista Certificada aquando da classificação de documentos, dada a ambiguidade de algumas compras e despesas no âmbito da atividade, bem como na dificuldade de compreensão das despesas dedutíveis ou não dedutíveis de IVA. Terminada a classificação dos documentos, seguiu-se a numeração sequencial dos mesmos e consecutivo lançamento no programa contabilístico. Durante o período de estágio o aluno realizou lançamentos de duas empresas, uma no setor

da construção civil enquadrada no regime de IVA Autoliquidação e periodicidade trimestral, e outra com regime de IVA normal mensal, pertencente ao setor da restauração. Não obstante, a organização e classificação documental foi preparada para 32 empresas, incluindo as duas anteriormente identificadas. Realizou também, os procedimentos de controlo interno, nomeadamente a elaboração de fitas de diários para proceder à conferência dos saldos de fornecedores e clientes e ainda para o exercício de reconciliação bancária.

Realizou-se o arquivo dos documentos contabilísticos das empresas da entidade, compreendendo assim a importância da organização e normalização do arquivo documental, identificando a lombada dos mesmos consoante regra interna. Quanto ao dossiê de documentos oficiais, o aluno observou a sua elaboração, consultando-o sempre que necessário. No que concerne ao dossiê fiscal das duas empresas suprarreferidas, acompanhou a sua preparação, após procedimentos de encerramento de ano.

No que respeita ao processamento de vencimentos, foi possibilitado o preenchimento da Ficha Individual do Funcionário de um novo colaborador de uma empresa cliente da entidade. Adicionalmente, o aluno completou os dados relativos às configurações do seu vencimento, isto é, preencheu os campos relativos ao vencimento base, à frequência de pagamento dos subsídios de férias e de natal, ao trabalho noturno, e ainda quanto ao estado civil e número de filhos para cálculo da taxa de retenção. Após completar o devido preenchimento no programa de salários, foi observada a emissão dos recibos de vencimento dos funcionários da respetiva empresa e acompanhadas as comunicações obrigatórias, quer à Segurança Social, quer à Autoridade Tributária. Neste seguimento, realizou também a submissão dos elementos e emissão da guia de pagamento relativa ao Fundo de Compensação do Trabalho e ao Fundo de Garantia da Compensação do Trabalho da empresa já citada.

No que se refere às obrigações fiscais, o aluno foi convidado a debruçar-se sobre os temas em pormenor para subsequente acompanhamento do processo de elaboração, conferência e submissão dessas mesmas obrigações por parte da Contabilista Certificada Maria da Conceição Pereira. Assim, existiu a oportunidade de observar o preenchimento do Modelo 44, de apresentação dos valores de retenção ao nível das rendas imobiliárias, do preenchimento do Modelo 22 do IRC e cálculo dos respetivos PPC das duas empresas em que o aluno estagiário elaborou o lançamento dos documentos contabilísticos. Não houve lugar ao cálculo do PEC, já que ambas empresas cumpriam os requisitos para a dispensa do mesmo. Presenciou também a elaboração, verificação e submissão quer de duas declarações

de IVA, uma no regime mensal de IVA e outra no regime trimestral, quer da IES das duas empresas supracitadas.

A respeito das operações de encerramento de ano, e à semelhança do que sucedeu com as obrigações fiscais, observou as conferências finais para garantia da fiabilidade do balancete; examinou um balancete por centro de custos; determinou o cálculo e lançamento automático das depreciações e amortizações, após verificação dos parâmetros das fichas de ativos; acompanhou a elaboração as demonstrações financeiras das duas empresas mencionadas previamente, sendo que, dado se tratarem de PME, apenas foram elaborados o balanço, a demonstração dos resultados por natureza e o anexo.

2.7. Análise Crítica

Realizado o estágio de natureza profissional durante cinco meses na empresa Maria da Conceição Mendes Monteiro Moio Pereira, compete realizar-se uma análise crítica do mesmo, evidenciando os pontos fortes bem como os pontos a melhorar.

O estágio decorreu conforme o previsto, acompanhado de todas as ferramentas e condições de trabalho necessárias para um bom desempenho. Conforme plano de estágio elaborado, as tarefas solicitadas e realizadas pelo aluno foram diversas, pelo que o conhecimento adquirido foi bastante relevante, permitindo consolidar os temas abordados na componente letiva do Mestrado em Contabilidade, nomeadamente e especificamente as unidades curriculares de Contabilidade Financeira Avançada I e II, e ainda Complementos de Fiscalidade Empresarial.

O aluno realizou todas as tarefas propostas com a maior dedicação, interesse e atenção, solicitando, sempre que necessário, o auxílio das colegas de trabalho, que se mostraram sistematicamente disponíveis para esclarecer as dúvidas e ensinar os procedimentos a adotar. A entidade recebeu o aluno estagiário com muito carinho e profissionalismo, contribuindo para a integração plena do mesmo.

As principais dificuldades do aluno no decorrer do estágio prenderam-se com a inexistência de procedimentos normalizados e do conhecimento geral de todos os elementos da entidade, isto é, embora cada elemento da equipa tenha tarefas designadas, os procedimentos adotados não são formalizados nem conhecidos pelos restantes, impactando o seu trabalho posteriormente. Também a centralização e segregação de informação se apresentam como pontos a melhorar, possibilitando uma maior eficiência no trabalho da entidade. Os procedimentos de controlo interno são também insuficientes e falíveis, pelo que se sugere a implementação de novos procedimentos e consolidação dos já existentes. Os programas informáticos, quer do âmbito da contabilidade, quer do âmbito do processamento salarial constituem um entrave ao ritmo e fluidez do trabalho, por se encontrarem desatualizados e de difícil utilização. Por último, a disponibilização de informação contabilística que é elaborada pela contabilista certificada limita-se ao legalmente compulsório, pelo que seria interessante a disponibilização de informação contabilística complementar, de forma a tornar essa informação mais perceptível para os clientes, elucidando-os da situação económico-financeira das suas empresas.

Porém, importa salientar o bom funcionamento da equipa da entidade, que se empenha incondicionalmente nas tarefas a executar, solucionando todos os pedidos dos clientes. A entidade tem uma carteira de clientes extensa e consolidada devido exatamente à capacidade relacional com os mesmos. O ambiente de trabalho é muito agradável, permitindo realizar as tarefas com satisfação e motivação.

O objetivo do estágio foi cumprido pois proporcionou ao aluno estagiário um melhor entendimento do quotidiano de um gabinete de contabilidade, permitindo perceber o negócio como um todo, consolidando os temas abordados durante o decorrer do Mestrado em Contabilidade, contribuindo para o desenvolvimento profissional e pessoal do aluno. A possibilidade da realização do estágio de natureza profissional viabilizou o desenvolvimento de competências como a autonomia, a responsabilidade e a tomada de decisão. A realização do estágio propiciou também a oportunidade de levar a cabo uma investigação acerca da utilização e valorização da informação contabilística pelos gestores e/ou proprietários de PME da entidade, pretendendo perceber se os clientes da entidade conhecem os documentos contabilísticos disponibilizados, se os mesmos satisfazem as suas necessidades de informação quer em frequência, quantidade e qualidade, averiguando se identificam documentos contabilísticos para além dos disponibilizados pela mesma.

Capítulo 3 – Revisão de Literatura

O capítulo de revisão de literatura pretende contextualizar o tema da importância da informação contabilística para as micro, pequenas e médias empresas, de forma a apresentar e clarificar quais os documentos que a compõem, sejam os documentos obrigatórios, sejam os documentos complementares. Neste sentido será possível apresentar o enquadramento teórico necessário para a realização e análise da investigação levada a cabo no presente trabalho, um inquérito por questionário empreendido às PME da entidade onde decorreu o estágio curricular de natureza profissional.

Portugal é composto por 99,9% de Pequenas e Médias Empresas (PME) (FFMS, 2021), onde 96,0% das mesmas são microempresas, implicando que estas últimas apenas empreguem até 10 pessoas e confirmam um volume de negócios anual ou balanço total anual inferior a dois milhões de euros (Decreto-Lei n.º 372/2007). As obrigações de relato financeiro das PME passam apenas pela divulgação do balanço, da demonstração dos resultados e ainda, apenas no caso das pequenas entidades, o anexo (Aviso n.º 8255/2015, Aviso n.º 8257/2015), sendo que, no caso das médias empresas, é obrigatório o conjunto completo das demonstrações financeiras (Portaria 220/2015). A literatura confirma que o cumprimento das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro bem como o cumprimento das obrigações fiscais são os principais responsáveis pela contratação dos serviços de gabinetes de contabilidade (Dyt & Halabi, 2007). Também Marcos, Naia e Madaíl (2001) afirmam que as PME apenas possuem informação contabilística por motivos fiscais, e acrescentam que nem por isso fazem bom uso dessa informação. Por conseguinte, é possível depreender que a vasta maioria dos clientes dos gabinetes de contabilidade a nível nacional são efetivamente empresas de pequena e/ou média dimensão, tornando a investigação indubitavelmente relevante.

Não existem dúvidas sobre a importância da Contabilidade e a consequente utilidade do trabalho do contabilista (Kassai, 1997), pois a contabilidade tem o «propósito de proporcionar informação que seja útil na tomada de decisões» (Decreto-Lei n.º 192/2015). No entanto, como referido anteriormente, a informação contabilística é, frequentemente, apenas utilizada para cumprir obrigações fiscais e prestar informação às instituições bancárias (IFAC, 2008) e não como forma de melhor conhecer o negócio, e de tomar decisões ponderadas e sustentadas. Thomas e Evanson (1987) comprovam que a informação extraída das demonstrações financeiras (análise de rácios) contribui significativamente para o sucesso das PME. A falta de competências/conhecimento a nível financeiro e a falta de

entendimento no que respeita à utilização da informação pelos proprietários apresentam-se como os principais motivos para a não utilização da mesma, o que consequentemente provoca uma gestão débil e ineficiente das PME (Thomas & Evanson, 1987). Também Carrapiço (2009) reitera a desvalorização da informação das demonstrações financeiras pelos empresários de PME, sugerindo ainda que estas empresas «estão hoje, mais do que nunca, necessitadas de conhecer em profundidade as suas potencialidades e fraquezas, de forma a poderem dar uma resposta em tempo e de forma adequada aos desafios actuais da nossa economia» (Carrapiço, 2009, p. 1).

Segundo Serrasqueiro e Nunes (2004, p. 6) os

empresários/gestores das pequenas empresas, atribuem em média um grau de bastante importante à utilização da informação contabilística, nas três fases do processo de tomada de decisão: planeamento, gestão corrente e controlo.

Neste sentido, a informação contabilística deve permitir o planeamento estratégico, a adequada distribuição de recursos, o controlo dos custos, a avaliação de desempenho das pessoas, e ainda o cumprimento de procedimentos contabilísticos e fiscais (Alves, 2003). Alves (2003) enumera também dois tipos de informação contabilística: aquela que é produzida por imposição legal, e aquela que é elaborada de forma adicional e complementar.

Com base neste enquadramento será primeiramente apresentado e clarificado o conceito de informação contabilística, identificando os documentos que a suportam, quer os documentos obrigatórios, quer os documentos complementares. Seguidamente relevar-se-á a importância que a informação contabilística tem para a tomada de decisão dos proprietários e/ou gestores de PME.

3.1. Informação Contabilística e a sua Importância

No universo concorrencial em que se enquadram as PME, a informação é o meio que permite criar crescimento e desenvolvimento numa empresa, ou, pelo contrário, conduzir uma empresa à sua dissolução. Os proprietários e gestores de PME recebem, com elevada frequência, uma quantidade considerável de informação, sendo uma delas a informação contabilística (Gouveia, Fernandes & Gonçalves, 2015). Tem-se demonstrado difícil dissociar a informação contabilística da contabilidade, pois, segundo Lopes (2013), a informação contabilística deriva da contabilidade, isto é, a informação contabilística é o produto dos registos contabilísticos. Assim, de acordo com Silva (1969, p. 58):

A contabilidade em *strictu sensu*, ou seja escrituração, que é a técnica de registo e de representação de todas as transformações sofridas pelo património de qualquer entidade económica durante o exercício da sua atividade, do modo a saber em qualquer momento a sua composição e o seu valor.

A contabilidade em *latu sensu* que é a ciência dos processos descrito-quantitativos utilizados na análise, registo, interpretação e controlo dos factos de gestão. Visa “quantificar” tudo o que ocorre numa unidade económica fornecendo, simultaneamente, dados para a tomada de decisões de gestão.

Lopes (2013) entende a contabilidade como a ciência que estuda o património das entidades e que pretende transformar os dados em informações úteis para a tomada de decisão dos seus utilizadores. Gouveia *et al* (2015), definem a informação contabilística como toda a informação que tem por base registos, de natureza económica, financeira, histórica e também prospetiva.

Também Alves (2003) refere que o tratamento e análise de dados realizados com base em regras e procedimentos contabilísticos dão origem à informação contabilística, corroborando mais uma vez que a segunda é consequência da primeira, isto é, não existe informação contabilística sem existência da contabilidade em si. Esta informação pode subdividir-se em três tipos: (a) Factual, consistindo nos registos contabilísticos, nomeadamente as demonstrações financeiras; (b) Referencial, que compreendem dados gerais como nomes, moradas, tipo de empresa, atividade exercida, entre outros; e (c) Sumária, que envolvem o tratamento da informação factual, transformando-a em quadros comparativos ou resumos (Alves, 2003).

Para além da dependência da contabilidade para a existência da informação contabilística ser apresentada como evidência pelos diversos autores, também o contributo desta para o processo de tomada de decisão se revela como característica comum e crucial para a utilização da informação contabilística. Assim, a informação, especificamente, a contabilística, é muito relevante para a tomada de decisão, impactando positivamente o desempenho económico-financeiro de uma entidade. Alves (2003, p. 65) afirma mesmo que «a informação é a matéria-prima do processo de tomada de decisão».

A informação contabilística constitui um instrumento que permite definir e acompanhar a estratégia da empresa, de modo a auxiliar as decisões de investimento, de financiamento ou ainda operacionais (Alves, 2015). Pires (2020, p. 47) adiciona ainda, que, sendo a tomada de decisão uma tarefa imprescindível de qualquer empresa, a «informação torna-se ainda

mais relevante, pois qualquer decisão deve ser tomada com base na mesma para garantir uma boa gestão da empresa».

Assim sendo, o principal objetivo da informação contabilística é fornecer uma visão quer geral, quer detalhada, da situação económico-financeira de uma entidade num determinado período de tempo, bem como apoiar a gestão no processo de tomada de decisão da entidade. A informação contabilística é de tal forma relevante em todas as áreas de interesse de uma entidade que se torna imprescindível a não utilização deste instrumento na gestão das organizações, em especial, das PME. A utilização desta informação por parte dos gestores de PME tem vindo a aumentar:

constatando-se que uma parte significativa dos dirigentes já utiliza este tipo de informações, no entanto, existe ainda um número significativo de microempresas que não usam informação contabilística quando pretendem tomar decisões. (Alves, 2015, p. 38).

Também Alves (2008) e Gouveia *et al* (2015) corroboram a ideia de que a informação contabilística tem utilidade, e que os empresários portugueses valorizam a sua importância para a tomada de decisões, nomeadamente nas decisões de investimentos ou nas decisões operacionais (Serrasqueiro & Nunes, 2004).

Por outro lado, Marriott e Marriott (2000) afirmam que a contabilidade é vista, pelos proprietários de PME britânicas, como um custo adicional para as entidades, reforçando que a utilidade que detêm é para usufruto de entidades terceiras como o Estado. Outro dos utilizadores da informação contabilística são as instituições financeiras, como aponta o relatório da *International Federation of Accountants* relativamente a um estudo sobre *Micro Entity Financial Reporting* «[g]enerally, accrual-based financial statements are prepared to meet the requirements of tax authorities and other users, such as banks» (IFAC, 2008, p. 8).

Posto isto, os proprietários e gestores de PME não utilizam e muitas vezes não entendem o conteúdo da informação contabilística, admitindo não compreenderem a demonstração de resultados, o balanço ou os rácios (Marriott & Marriott, 2000). Gouveia *et al* (2015) determinaram que os mapas e gráficos elaborados têm utilidade para as microempresas, no entanto, o balanço e a demonstração dos resultados são os documentos contabilísticos mais utilizados. Apenas uma minoria das empresas utiliza a demonstração dos fluxos de caixa ou os rácios económico-financeiros (Gouveia *et al*, 2015). Sprinkle (2003) afirma que a

informação contabilística na forma de relatórios periódicos ou análises específicas surgem como importantes no processo de tomada de decisão.

A formação e a experiência profissional são apontadas como dois condicionantes da utilização e valorização da informação contabilística (Alves, 2015; Gouveia *et al*, 2015), reconhecendo que uma linguagem e apresentação mais simples beneficiaria a utilização mais frequente da informação. O conhecimento limitado na área da contabilidade, finanças e gestão boicotam a utilização mais generalizada e frequente da informação contabilística (Gouveia *et al*, 2015). Santos (2016, p. 56) identifica que, independentemente das áreas de conhecimento «os gestores com maior nível de formação dão maior importância à informação contabilística».

Relativamente à experiência, İbicioğlu, Kocabiyik, e Dalğar (2010) concluíram que os empresários consideram a experiência profissional mais relevante para a tomada de decisão do que a informação de carácter financeiro. Os gestores afirmam que as suas decisões são tomadas com base em sentimentos e opiniões pessoais (Cassar & Holmes, 2003). Gouveia *et al* (2015) confirmam que a inexperiência dos gestores conduz a uma menor valorização da informação contabilística.

A consolidação das empresas, quer pela sua antiguidade no mercado, quer pela sua dimensão, são também fatores que condicionam a utilização e valorização da informação contabilística. Assim se justifica que empresas com mais de cinco anos de atividade atribuam mais relevância à informação contabilística, bem como se comprova que empresas com maior dimensão, quer em volume de negócios, quer em número de funcionários, utilizam mais este tipo de informação (Gouveia *et al*, 2015). Ao mesmo tempo que a empresa aumenta a sua dimensão, aumentam também as variáveis necessárias de controlo de gestão, carecendo de informação contabilística para fundamentação da tomada de decisão. Santos (2016, p. 60) confirma mesmo que «as PME com maior dimensão fazem uma maior utilização da informação contabilística».

Nos subpontos seguintes serão abordados dois tipos de documentos, os documentos obrigatórios e os documentos complementares, identificando as suas mais valias no processo de tomada de decisão. Os primeiros são identificados por Alves (2003) como a informação factual, consistindo na elaboração das demonstrações financeiras pelos gabinetes de contabilidade como forma de cumprimento das obrigações legais. Os últimos intitulam-se no presente estudo como documentos complementares a fim de representar a informação

sumária, consistindo na utilização de quadros ou rácios económico-financeiros para apresentação da informação contida nas demonstrações financeiras de uma forma mais prática e de simples compreensão para os gestores e proprietários de PME.

3.1.1. Documentos Obrigatórios

Os documentos obrigatórios apresentados e analisados neste subponto com maior pormenor referem-se às demonstrações financeiras exigidas pelo Sistema de Normalização Contabilística português. Mais especificamente, o balanço, a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações do capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo. Ainda que algumas das demonstrações financeiras não sejam de carácter vinculativo para as PME, mostra-se relevante identificar a informação fornecida por cada uma delas, já que, atualmente, a maior parte das demonstrações financeiras são elaboradas automaticamente pelos sistemas informáticos, permitindo obter a informação contabilística contida nos documentos facultativos sem qualquer custo adicional.

3.1.1.1. Balanço

O balanço apresenta a posição financeira de uma entidade em determinada data, normalmente, a 31 de dezembro de cada ano civil, ou no término do período caso o período contabilístico não corresponda ao civil. A NCRF 1 clarifica os elementos necessários à elaboração do balanço, tais como o ativo, subdividido em ativo corrente e ativo não corrente, o passivo, quer o passivo corrente quer o passivo não corrente, e ainda o capital próprio. Esta demonstração financeira evidencia os elementos apresentados bem como a sua variação face ao mesmo período do ano anterior, permitindo uma análise comparativa com elevada facilidade.

Os ativos correntes e os passivos correntes proporcionam um diagnóstico à situação de liquidez da entidade, já que, e conforme explicitado no art.º 11 da NCRF 1, a distinção entre o corrente e o não corrente recai sobre a realização ou liquidação de quantias até ou após, respetivamente, doze meses após a data do balanço. Os ativos não correntes também se revelam importantes na análise do balanço, pois permitem confrontar os investimentos ou desinvestimentos do período de relato com o mesmo período do ano anterior. Deverá considerar-se também a análise dos passivos não correntes, dado que existem pagamentos a serem liquidados num período superior a um ano, tais como uma locação financeira ou um financiamento em curso. Por fim, o capital próprio, que destaca a evolução do património da

entidade para o período de relato. A equação fundamental do balanço impõe que o somatório dos ativos deverá igualar o somatório dos passivos com o capital próprio.

O balanço apresenta-se então como uma demonstração financeira indispensável para a avaliação do negócio de uma entidade pois permite compreender a situação financeira e patrimonial da mesma, indicando todos os bens e direitos que a empresa possui bem como as obrigações a cumprir (Rodrigues, 2019).

3.1.1.2. Demonstração dos Resultados

Para avaliar o desempenho de uma entidade, a demonstração dos resultados é a demonstração financeira eleita para o efeito. Existem duas formas de apresentação da demonstração dos resultados, a demonstração dos resultados por naturezas, sendo esta a obrigatória, e a demonstração dos resultados por funções. O que difere de uma para a outra é a perspectiva utilizada para analisar os gastos e rendimentos da entidade, ou seja, a primeira divide os rendimentos e os gastos pela natureza do movimento (por exemplo, analisa os custos com pessoal desvalorizando se ocorrem na fase de produção ou na venda), enquanto a segunda fragmenta os rendimentos e os gastos pela função do movimento (por exemplo, analisa o custo das vendas independentemente de serem custos com o pessoal ou matérias-primas).

A demonstração dos resultados revela utilidade por apresentar todos os rendimentos gerados por uma entidade, bem como toda a estrutura de gastos para alcançar esses mesmos rendimentos, evidenciando assim a forma como a entidade chegou a determinado resultado no fim do período. Esta demonstração permite perceber o desempenho de uma entidade, conhecendo detalhadamente a sua situação operacional.

3.1.1.3. Demonstração das Alterações no Capital Próprio

A demonstração das alterações no capital próprio, tal como o nome indica, permite revelar as alterações ocorridas durante o período de relato relativamente ao capital próprio da entidade. Esta demonstração financeira evidencia as variações resultantes das operações com os detentores do capital, tais como, realização ou redução de capital, distribuição de dividendos, cobertura de prejuízos, entre outras (Rodrigues, 2019). A demonstração das alterações no capital próprio integra ainda o resultado integral, que se caracteriza pelo resultado líquido do exercício em causa ajustado de impactos dos ganhos e perdas diretamente reconhecidos no capital próprio.

3.1.1.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa constitui-se como um documento contabilístico de elevada importância na análise financeira de uma entidade num dado momento. É útil na identificação dos fluxos gerados pelas atividades operacionais, pelas atividades de investimentos e pelas atividades de financiamento, apreciando assim as alterações em caixa e seus equivalentes. Segundo Megan, Hategan, Caciuc e Cotlet (2009, p. 128):

One of the most important components of financial statements is the Cash Flow Statements (CFS). The CFS allows investors to understand how a company's operations are running, where its money is coming from, and how it is being spent.

Assim, a demonstração dos fluxos de caixa permite aos utentes da informação contabilística clarificar a situação de liquidez e solvência de uma entidade, melhor compreendendo as decisões de financiamento e/ou investimento, a capacidade de geração de caixa e seus equivalentes, a eficácia na utilização dos recursos económicos bem como a utilização de crédito na geração de fluxos de tesouraria.

3.1.1.5. Anexo

O anexo apresenta-se como um documento particularmente importante para o conjunto das demonstrações financeiras, já que fornece informação qualitativa e quantitativa necessária para melhor compreender a situação financeira de uma entidade. Esta demonstração pressupõe a divulgação de informação exigida pelas NCRF que não tenha sido apresentada nas restantes demonstrações financeiras ou ainda informações adicionais que se revelem importantes para a compreensão do desempenho e da posição financeira da entidade. O anexo permite obter informações detalhadas sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e as políticas contabilísticas, evidenciando ainda a multiplicidade de bases de mensuração utilizadas, enumerando os compromissos e contingências da entidade, especificando os riscos financeiros ou ainda justificando a obtenção de resultados não recorrentes (Rodrigues, 2019). É no anexo que são incluídas notas ou outros materiais explicativos que permitirão uma melhor interpretação da informação contida nas demonstrações financeiras apresentadas (Rodrigues, 2019).

Este documento demonstra-se bastante relevante na clarificação e precisão das demonstrações financeiras ao mesmo tempo que satisfaz a necessidade de características qualitativas das demonstrações financeiras. Embora as descrições textuais se revelem mais

diffíceis para a tomada de decisão ao invés de dados quantitativos, o anexo permite divulgar informações mais detalhadas bem como comunicar exceções ou restrições relativas a elementos apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1.2. Documentos Complementares

Por documentos complementares entenda-se todos os elementos informativos acerca da posição financeira ou desempenho de uma empresa para além das demonstrações financeiras. No presente estudo, os documentos complementares foram seccionados em três grupos, a informação não financeira (que compreende quadros comparativos, análise *Strengths Weaknesses Opportunities Threats* ou o modelo de 5 forças de Porter), os rácios económico-financeiros e finalmente o *Balanced Scorecard*.

3.1.2.1. Informação Não Financeira

A informação financeira contida nas demonstrações financeiras, considera-se como tal por apresentar informações sob a forma quantitativa, isto é, informação expressa através de um valor monetário, que, no caso português, é representado pelo euro (€). No caso da informação não financeira, esta resulta de informação que não é apresentada em valor monetário, mas sim noutra tipo de medidas ou ainda rácios ou manipulações matemáticas que resultem de informações cuja medida não seja também ela monetária (Morissette, 1996). Para Sousa (2016) a informação não financeira é toda aquela que não é considerada financeira por não ter uma relação direta com o sistema contabilístico tradicional.

Dominique (2009) afirma que analisar a informação financeira presente nas respetivas demonstrações não é suficiente, mostrando-se, assim, crucial conhecer os motivos inerentes às despesas incorridas e aos rendimentos gerados. Desta forma, Dominique (2009) enumera o número de funcionários, as horas de formação, o número de relatórios ou o número de encomendas/pedidos como informação fundamental para atingir melhores resultados de desempenho de uma entidade. Pode referir-se também como informação não financeira a qualidade dos produtos vendidos ou serviços prestados, a reputação da marca e/ou empresa, a satisfação dos clientes e as movimentações concorrenciais.

Neste sentido, a informação não financeira tende a valorizar e utilizar mais frequentemente a informação do tipo qualitativa, exemplificada pela análise *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças) (SWOT). Este modelo de informação não financeira será seguidamente abordado.

A análise SWOT constitui-se com uma ferramenta de gestão imprescindível para o planeamento estratégico de uma qualquer entidade. Caracteriza-se por uma matriz de dois por dois compostas pelas siglas da respetiva análise, o S (*Strenghts*) representa as Forças, o W (*Weaknesses*) representa as Fraquezas, o O (*Opportunities*) representa as Oportunidades e o T (*Threats*) representa as Ameaças. Segundo (Sarsby, 2016), a matriz é organizada pela relação entre quatro fatores:

- Fatores Internos – fatores cuja entidade controla ou consegue controlar;
- Fatores Externos – fatores que a entidade não consegue controlar, dependendo de entidades ou forças externas;
- Fatores Positivos– fatores que promovem o sucesso da entidade;
- Fatores Negativos – fatores impeditivos ou limitativos do crescimento e/ou sucesso da entidade.

A combinação dos quatro fatores origina a matriz SWOT, isto é, a relação das linhas compostas pelos fatores internos e externos com as colunas compostas pelos fatores positivos e negativos geram as forças, as fraquezas, as oportunidades e as ameaças.

O primeiro quadrante da matriz conjuga os fatores internos com os fatores positivos, representando assim as forças da entidade. As forças devem ser impulsionadas uma vez que é através das mesmas que a entidade obtém os seus principais retornos, quer financeiros, quer não financeiros. Sarsby (2016) defende que as forças originam as oportunidades e superam ou resolvem as ameaças.

No segundo quadrante encontram-se as fraquezas, resultantes da combinação de fatores internos com fatores negativos. Sarsby (2016) declara que os pontos fracos de uma determinada entidade podem passar por um rácio de endividamento elevado, processos ou tecnologia desatualizada, serviço de apoio ao cliente débil ou ainda falta de capacidade do capital humano. Devem analisar-se com pragmatismo e sinceridade as fraquezas pois estas podem transformar-se futuramente em ameaças para a entidade.

As oportunidades são apresentadas no terceiro quadrante, que se caracterizam por fatores externos e, simultaneamente, positivos. Tal como o nome indica, as oportunidades possibilitam a entidade de alavancar o seu sucesso dentro do seu mercado, seja por via de inovação tecnológica, de saída ou entrada de concorrentes, ou por legislação restritiva para os demais concorrentes do mercado (Sarsby, 2016), podendo resultar na criação de novos produtos. Para Medeiros, Cunha, Oliveira e Vieira (2008, p. 4), as oportunidades podem ser

«abstraídas de diversas características ou situações, como a dinâmica competitiva de mercado em questão, ou de fatores demográficos, econômicos, políticos, tecnológicos, sociais ou legais».

No último quadrante são apresentadas as ameaças, resultantes de fatores externos combinados com fatores negativos. As ameaças podem, no limite, comprometer as forças da entidade, inviabilizando o crescimento e sucesso da mesma.

Dado que as ameaças são fatores externos não controláveis pela entidade, considera-se crucial a atenção ao ambiente externo para que mais agilmente a entidade consiga responder e solucionar as ameaças ocorridas, de modo que as mesmas não influenciem negativamente os resultados da entidade.

Apresentados todos os fatores e quadrantes da análise SWOT importa referir que a contribuição da análise se deve à interligação dos mesmos, originando quatro correlações importantes (Medeiros *et al*, 2008):

- i. Maxi-maxi – relaciona as forças com as oportunidades, promovendo a alavancagem da entidade, já que pretende maximizar as forças através do aproveitamento das oportunidades;
- ii. Maxi-mini – conecta as forças e as ameaças, espelhando a vulnerabilidade da entidade. Neste cenário a entidade deve utilizar as forças para reduzir ou eliminar as ameaças;
- iii. Mini-maxi – associa as fraquezas e as oportunidades, revelando as limitações da entidade. A entidade deve, neste caso, apostar nas oportunidades existentes, enquanto tenta resolver as fraquezas identificadas;
- iv. Mini-mini – correlaciona as fraquezas às ameaças, representando os problemas que a entidade enfrenta. Esta estratégia mais defensiva deve ser adotada quando for intuito da entidade minimizar as fraquezas internas e evitar as ameaças externas.

Deve ter-se em atenção que a análise SWOT facilita uma perceção clara da situação externa e interna de uma entidade/organização, pois possibilita «ao gestor maximizar os pontos fortes, minimizar os pontos fracos, tirar proveito das oportunidades e se proteger das ameaças» (Medeiros *et al*, 2008, p. 2), porém esta não é suficiente para uma análise completa e fiável da posição financeira e nem do desempenho de uma entidade, devendo ser complementar à utilização das demonstrações financeiras.

3.1.2.2. *Rácios Económico-Financeiros*

De acordo com Medina (2010, p. 22)

a análise económica e financeira consiste numa metodologia, ou conjunto de técnicas e processos previamente determinados que apoiam o gestor no momento de definição de políticas, ações e metas que compõem o planeamento estratégico da organização.

A análise dos indicadores económico-financeiros é apontada por Carvalho e Magalhães (2002) como a técnica mais utilizada no processo de análise do desempenho de uma entidade. Neves (2009) afirma que os rácios económico-financeiros são constituídos pelas relações entre contas ou grupo de contas das demonstrações financeiras, com o propósito de obter uma visão mais completa e abrangente da situação económica ou financeira de uma empresa. Assim, Lima e Lima (2013) propõem a utilização de indicadores económico-financeiros como instrumento de gestão para a tomada de decisão, uma vez que estes são capazes de transformar a informação contida nas demonstrações financeiras em dados úteis para os gestores.

Neves (2009) refere que os analistas financeiros avaliam os indicadores de rentabilidade, solvabilidade, autonomia financeira, liquidez e endividamento, como tal, serão apresentados seguidamente um conjunto de rácios económico-financeiros deliberados como pertinentes para a avaliação do desempenho das empresas, nomeadamente das PME.

Para analisar a rentabilidade sugerem-se os seguintes rácios:

$$\text{Rentabilidade do Ativo} = \text{Resultado Líquido do Período} / \text{Ativo} \quad (3.1)$$

$$\text{Rentabilidade do Investimento} = \text{Resultado Antes de Impostos} / \\ (\text{Capital Próprio} + \text{Passivo Não Corrente}) \quad (3.2)$$

$$\text{Rentabilidade das Vendas} = \text{Resultado Líquido do Período} / \text{Vendas} \quad (3.3)$$

Para perceber o endividamento da entidade, os gestores devem debruçar-se sobre os seguintes rácios:

$$\text{Endividamento} = \text{Passivo} / \text{Ativo} \quad (3.4)$$

$$\text{Estrutura de Endividamento} = \text{Passivo corrente} / \text{Passivo} \quad (3.5)$$

$$\text{Solvabilidade} = \text{Capital Próprio} / \text{Passivo} \quad (3.6)$$

$$\text{Autonomia Financeira} = \text{Capital Próprio} / \text{Ativo} \quad (3.7)$$

Sugerem-se os seguintes rácios de forma a compreender a liquidez de uma entidade:

$$\text{Liquidez Reduzida} = (\text{Ativo Corrente} - \text{Inventários} - \text{Ativos Biológicos} - \text{Ativos Não Correntes Detidos para Venda}) / \text{Passivo Corrente} \quad (3.8)$$

$$\text{Liquidez Geral} = \text{Ativo corrente} / \text{Passivo corrente} \quad (3.9)$$

$$\text{Liquidez Imediata} = \text{Caixa e depósitos bancários} / \text{Passivo corrente} \quad (3.10)$$

$$\text{Fundo de Maneio} = \text{Ativo corrente} - \text{Passivo corrente} \quad (3.11)$$

3.1.2.3. *Balanced Scorecard*

O *Balanced Scorecard* emergiu fruto da necessidade da construção de um novo modelo de desempenho, uma vez que os indicadores financeiros tradicionais se revelavam ineficazes na avaliação do desempenho das empresas (Kaplan & Norton, 1992). De acordo com Caldeira (2010), o *Balanced Scorecard* equilibra a utilização de indicadores financeiros e não financeiros, de perspectivas externas e internas e de indicadores de médio-longo prazo e de curto-prazo. Também Russo (2006) defende que a divulgação do *Balanced Scorecard* permitiu uma utilização mais generalizada de indicadores não financeiros, afirmando que as empresas devem avaliar a sua *performance* através de um conjunto equilibrado de indicadores financeiros e não financeiros.

Assim, e explicitando o conceito de *Balanced Scorecard*, o mesmo constitui-se como uma ferramenta estratégica capaz de analisar um conjunto de objetivos e medidas de desempenho, considerando quatro perspectivas: financeira, do cliente, dos processos internos e do crescimento e aprendizagem (Kaplan & Norton, 1992). A visão, missão, valores e estratégia de uma entidade são transmitidas através da estrutura criada pelo *Balanced Scorecard* (Niven, 2002). Pinto (2009) prevê a utilização de objetivos e indicadores, previamente determinados, que funcionem de forma integrada, estabelecendo relações de causalidade. Defende, assim, que qualquer erro ou falha de funcionamento proveniente de objetivos não alcançados, provocará ineficiências em uma ou mais perspectivas, causando o desequilíbrio do *Balanced Scorecard*, desviando a entidade da estratégia predefinida (Pinto, 2009). As perspectivas do *Balanced Scorecard* desdobram-se em objetivos, mensurados por indicadores de desempenho, permitindo garantir o equilíbrio entre as quatro perspectivas.

A perspectiva Financeira é representada por indicadores como a rentabilidade das vendas ou o resultado líquido, uma vez que estes permitem que a entidade satisfaça o interesse dos acionistas no que respeita ao aumento dos rendimentos ou à melhoria na produtividade (Tomaz, 2019). O crescimento das vendas poderá acontecer pela criação de novos produtos

ou pela expansão para novos mercados, enquanto o aumento de produtividade poderá ser obtido pela otimização da estrutura de gastos.

Na perspectiva do Cliente os objetivos passam pela angariação, satisfação e fidelização dos clientes de modo a garantir que o(s) produto(s) ou serviço(s) oferecidos pela entidade criam valor para o cliente, tornando-a diferencial face aos demais concorrentes (Sousa, 2016). Para analisar a perspectiva do Cliente são recomendados indicadores como satisfação do cliente (medido através de inquéritos), evolução do número de clientes, entre outros.

A perspectiva dos Processos Internos interliga-se com as duas perspectivas anteriormente apresentadas, já que pretende o aumento da criação de valor, quer para o cliente, quer para o acionista, tendo em vista a melhoria da qualidade do produto ou serviço. Neste sentido, os indicadores que melhor se adequam a esta perspectiva são o custo unitário do produto ou número de reclamações no serviço pós-venda.

A quarta e última perspectiva, a perspectiva do Crescimento e Aprendizagem caracteriza-se por

procura[r] identificar os objetivos e os indicadores que são responsáveis por orientar o crescimento organizacional, ou seja, enquanto os objetivos das outras três perspectivas indicam onde e como a empresa se deve destacar para obter um excelente desempenho, os objetivos de aprendizagem e crescimento revelam qual a infra-estrutura que possibilita a consecução ideal dos objetivos das outras perspectivas (Sousa, 2016).

Assim se entende que esta perspectiva se relacione com a inovação tecnológica e com a qualidade do capital humano da entidade, propondo por este motivo o indicador das horas de formação ou o desempenho dos sistemas de informação.

Caldeira (2010) explica cada perspectiva do *Balanced Scorecard* através de uma questão, cuja resposta corresponde aos objetivos associados a determinada perspectiva, representada pelo Quadro 3.1.

Quadro 3.1 Perspetivas do *Balanced Scorecard*

Perspetiva	Questão	Resultado
Financeira	Que objetivos devo atingir para satisfazer os meus financiadores?	Acionistas satisfeitos

Cientes	Que objetivos devo atingir para satisfazer as necessidades dos meus clientes e atingir os objetivos financeiros?	Cientes satisfeitos
Processos	Que objetivos devo atingir para que os meus processos sejam mais eficientes de modo a conseguir satisfazer os meus clientes e os objetivos financeiros?	Processos eficientes
Aprendizagem	Que objetivos devo atingir para motivar e preparar os meus colaboradores?	Colaboradores motivados e preparados

Fonte: Adaptado de Caldeira (2010, p. 48)

Importa referir que a utilização do *Balanced Scorecard* como instrumento de gestão deve funcionar com indicadores adaptados ao setor da entidade bem como ao contexto económico-social em que a mesma está inserida. Os indicadores devem ainda ser de rápida e fácil atualização, não incrementando gastos ou criando ineficiências para a obtenção dos mesmos.

Capítulo 4 – Estudo Empírico

A finalidade do presente capítulo recai sobre a prática da investigação realizada, utilizando toda a informação apresentada no capítulo de Revisão de Literatura. Os elementos que caracterizam a presente investigação encontram-se seguidamente descritos, designadamente, o objetivo geral da investigação bem como os seus objetivos específicos, a metodologia adotada, inquéritos por questionário, sendo ainda apresentada a estrutura do questionário realizado. Pretende-se assim expor a problemática do tema, discutindo posteriormente os resultados obtidos.

4.1. Metodologia

4.1.1. Objetivos de Investigação

Perceber se os gestores e/ou proprietários de PME valorizam e utilizam a informação contabilística disponibilizada pelo gabinete de contabilidade para o acompanhamento do seu negócio e para a tomada de decisão revela-se a questão central do presente estudo.

De modo a responder à questão de investigação central torna-se necessário traçar objetivos específicos. Em primeiro lugar, importa perceber se os gestores e/ou proprietários de PME sabem qual a informação contabilística que é disponibilizada pelo gabinete de contabilidade dos quais contratam serviços. Seguidamente, será da maior importância compreender se a informação contabilística apresentada anteriormente é entendida e facilmente interpretada pelos gestores e/ou proprietários de PME.

Consequentemente, será analisada a valorização, por parte dos clientes, da informação gerada e facultada pelo gabinete de contabilidade. Pode dar-se o caso de existir informação que tem custos para o gabinete de contabilidade que não seja relevante para o cliente. Neste sentido, será, também, necessário averiguar se os gestores e/ou proprietários de PME não valorizam a informação porque não a conseguem analisar e interpretar, ou porque a informação é desadequada e, efetivamente, não gera valor.

Por fim, importa também compreender a perceção dos gestores e/ou proprietários de PME quanto à frequência da disponibilização da informação contabilística.

Identificados os objetivos gerais e específicos da mesma, seguem-se as questões de investigação às quais se procura obter resposta no presente trabalho, de seguida enumeradas:

Q1: Os gestores e/ou proprietários das PME sabem quais os documentos, quer obrigatórios, quer complementares, que o gabinete de contabilidade com o qual contratam serviços disponibiliza?

Q2: Os gestores e/ou proprietários de PME entendem e interpretam os dados da informação contabilística disponibilizada pelo gabinete e contabilidade?

Q3: Os gestores e/ou proprietários de PME valorizam a informação contabilística disponibilizada para a tomada de decisão?

Q4: Os gestores e/ou proprietários das PME utilizam a informação contabilística disponível aquando da tomada de decisões?

Q5: Qual ou quais os documentos mais valorizados e utilizados pelos gestores e/ou proprietários de PME?

Q6: A informação contabilística disponibilizada é suficiente?

Q7: Qual a frequência da disponibilização da informação contabilística?

4.1.2. Instrumento de Recolha de Dados

De forma a obter resultados substanciais sobre a problemática da utilização e valorização da informação contabilística pelos gestores e/ou proprietários de PME, elegeu-se o inquérito por questionário como metodologia de trabalho. O inquérito por questionário constitui-se como um método de recolha de dados relativamente célere, pouco ou nada dispendioso e de fácil tratamento e análise dos dados obtidos (Moreira, Sá, & Costa, 2021). Segundo Campenhoudt e Quivy (2005, p. 20-21), um inquérito por questionário:

[c]onsiste em colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas relativas à sua situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimentos ou de consciência de um acontecimento ou de um problema [...]. As respostas são normalmente pré-codificadas, de forma que os entrevistados devem obrigatoriamente escolher as suas respostas entre as que lhe são formalmente propostas.

De acordo com Dias (1994, p. 5), o inquérito por questionário enquadra-se como um método de análise extensiva, permitindo «o estudo de populações vastas colocadas em situações sociais concretas, possibilitando a generalização dos resultados alcançados» (Dias, 1994, p. 5). No inquérito por questionário são enfatizados o papel dos objetivos e hipóteses, das

escalas de resposta às questões e dos métodos que suportam a análise de dados (Hill, 2014). Desta forma, elaborou-se o Quadro 4.1, onde é apresentada a correspondência entre os objetivos gerais e específicos com as respectivas questões do inquérito por questionário.

Quadro 4.1 Correspondência entre os objetivos da investigação e as questões do inquérito

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Questões	Secção
Conhecer percepções sobre a valorização e utilização da informação contabilística	(1) Identificar os documentos contabilísticos obrigatórios e complementares	1 a 3	I
	(2) Entender e interpretar os documentos contabilísticos	5	
	(3) Valorizar a informação contabilística para a tomada de decisão	4	
	(4) Utilizar a informação contabilística para a tomada de decisão	6	
	(5) Identificar os documentos mais valorizados e utilizados	6	
	(6) Questionar se a informação contabilística é suficiente	7	
	(7) Identificar a periodicidade da informação contabilística	9 a 10	
Caracterizar a amostra	(8) Identificar género, idade, e habilitações académicas	1 a 3	II
	(9) Identificar função do inquirido, tipo de empresa, longevidade da empresa, número de funcionários e número de estabelecimentos	1 a 6	III

As questões presentes no inquérito elaborado são abertas (questão 1 e 8) e fechadas (questão 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9 e 10), sendo que predominam as perguntas de tipologia fechada. Segundo Freixo (2011), nas perguntas abertas os inquiridos utilizam o seu próprio vocabulário para

responder, ao passo que nas perguntas fechadas os inquiridos materializam a resposta através da seleção de uma

lista preestabelecida de respostas possíveis de entre as quais lhe pedimos para indicar a que melhor corresponde à resposta que deseja dar. A esta técnica de apresentar as questões, designa-se correntemente por perguntas fechadas de escolha múltipla (Freixo, 2011, p. 200).

Relativamente a estas últimas, a generalidade das escalas utilizadas consistem na forma de resposta binária, porém existem perguntas cujo leque de resposta é pré-determinado, podendo seleccionar uma ou mais opções, e ainda a utilização da escala de *Likert*, cujos níveis gradativos oscilam entre um polo negativo, um intermédio neutro, e um polo positivo, exemplificados pela seguinte escala: discordo totalmente, discordo, indiferente, concordo e concordo totalmente. Dado o facto da pergunta com escala de *Likert* questionar os inquiridos relativamente a documentos contabilísticos, foi adicionado um último nível com a opção “Não conheço”.

Consideram-se como vantagens do inquérito por questionário a «extensão, estandardização do instrumento de recolha dos dados, possibilidade de comparação dos resultados e sua generalização» (Dias, 1994, p. 5). Revelam-se também vantagens o anonimato do inquirido, a versatilidade do método bem como o acesso a informação atualizada. Podem enumerar-se ainda o reduzido custo na elaboração e difusão do inquérito, do mesmo modo que possibilita a análise estatística dos dados obtidos, permitindo «desocultar correlações entre fenómenos e estabelecer relações de influência» (Santos & Henriques, 2021, p. 30).

Por outro lado, as diferenças de interpretação ou entendimento nas questões apresentadas, a falta de sinceridade ou ainda a elevada taxa de não-respostas, dado o carácter voluntário do inquérito, constituem-se como as desvantagens mais relevantes no que respeita ao inquérito por questionário (Dias, 1994).

O inquérito por questionário requer planeamento, pressupondo a realização de várias etapas (Thayer-Hart, Dykema, Elver, Schaeffer, & Stevenson, 2010). Assim, e após definido o problema a investigar e as respetivas perguntas de investigação (Quivy & Campenhoudt, 1998), seleccionaram-se os inquiridos.

4.1.3. Inquiridos

Devido ao elevado número de PME a nível nacional torna-se incomportável o alcance de dados para abranger a totalidade do universo. Nesse sentido, considerando-se inviável um método de amostragem, optou-se pela opção de questionar o maior número possível de elementos do público-alvo, sendo que para o caso se definiu os gestores e/ou proprietários quer de micro, pequenas ou médias empresas com contrato de serviços de contabilidade na entidade.

Não só a quantidade, mas também a localização das empresas-alvo limitam a possibilidade de atingir a representatividade desejada. Neste sentido, o gabinete de contabilidade Maria da Conceição Mendes Monteiro Moio Pereira foi escolhido por razões operacionais e práticas, isto é, por ser o local onde decorreu o estágio, promovendo assim a maior cobertura possível de respostas, no espaço de tempo também ele limitado.

Deste modo se entende que a amostra por conveniência é caracterizada pelas PME da entidade enquadradas no regime de contabilidade organizada, o que implica a existência simultânea de empresários em nome individual e de empresas.

Importa também reforçar que o critério selecionado para a definição de PME decorre do Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, que afirma o seguinte no seu art.º 2:

- 1 — A categoria das micro, pequenas e médias empresas (PME) é constituída por empresas que empregam menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou cujo balanço total anual não excede 43 milhões de euros.
- 2 — Na categoria das PME, uma pequena empresa é definida como uma empresa que emprega menos de 50 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 10 milhões de euros.
- 3 — Na categoria das PME, uma microempresa é definida como uma empresa que emprega menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros.

A opção metodológica selecionada pressupõe a utilização de técnicas amostrais não probabilísticas ou não aleatórias, não sendo por isso possível garantir a representatividade da amostra (Coutinho, 2011). Segundo Ferreira e Campos (2009, p. 61) não existe «uma teoria estatística de suporte à obtenção de amostras representativas, mas pode existir uma probabilidade significativamente elevada de que a amostra obtida seja representativa». Por se tratar de uma população-alvo com um número significativo de elementos, cujo contacto

com os mesmo é feito com relativa facilidade, considerou-se viável inquirir o maior número possível da população no espaço geográfico descrito.

Face aos constrangimentos expostos, pode afirmar-se que as respostas obtidas foram conseguidas de forma não probabilística, próxima de uma amostra por conveniência (Hill & Hill, 2009), pelo que a análise dos resultados obtidos deve demonstrar um cuidado extra.

A versão final do inquérito por questionário foi obtida após a realização de um pré-teste, permitindo avaliar a adequabilidade e clareza das questões, procurando assim reduzir os riscos de não resposta e/ou de incorreta interpretação das questões.

As respostas ao inquérito por questionário foram recolhidas durante o período temporal de dois meses, de 1 de junho a 31 de julho, no estabelecimento da entidade. O procedimento adotado consistiu na entrega presencial dos inquéritos às entidades clientes da entidade que preenchessem o critério de PME (no total 113 clientes). As respostas obtidas totalizaram 38 tendo-se certificado que nenhuma pergunta ficasse sem resposta por dúvida nas questões apresentadas. O contacto presencial com os gestores e/ou proprietários das entidades em causa, sensibilizou os mesmos para o preenchimento do inquérito, pois o objetivo do inquérito pôde ser melhor explicado.

Para terminar, e depois de terem sido recolhidos todos os inquéritos por questionário aos inquiridos, foram analisados os dados obtidos, de modo a entender se os gestores e/ou proprietários de PME efetivamente utilizam a informação contabilística para o acompanhamento dos seus negócios e para a tomada de decisão.

4.2. Análise e Discussão dos Resultados Obtidos

Com o intuito de alcançar o objetivo do estudo, é apresentada nesta secção a análise das respostas ao questionário, permitindo, assim, confrontar os resultados com as questões de investigação e confirmar ou contestar se a informação contabilística é valorizada e utilizada pelos gestores e/ou proprietários de PME aquando da tomada de decisão e acompanhamento do seu negócio.

Primeiramente, importa realizar a caracterização da amostra, que consistiu na recolha de 38 respostas válidas, num universo de 113 clientes possíveis. Dado que as respostas foram obtidas presencialmente, de forma a certificar que o inquirido representava o gestor e/ou proprietário da empresa, todas as respostas obtidas são consideradas válidas por responderem a todas as questões obrigatórias do inquérito por questionário.

Assim, de seguida, procede-se à caracterização dos inquiridos e posteriormente à análise das sete questões de investigação identificadas antecipadamente para este estudo.

4.2.1. Caracterização dos Inquiridos

No que concerne à caracterização das entidades inquiridas, e atendendo ao facto de as mesmas serem constituídas por empresários em nome individual com contabilidade organizada e empresas com contabilidade organizada, constata-se na Figura 4.1 que as idades dos gestores e/ou proprietários variam entre os 24 e os 68 anos, sendo que a faixa etária dos 50 aos 59 anos é a predominante. Embora a diferença não seja significativa, o género feminino é preponderante na análise.

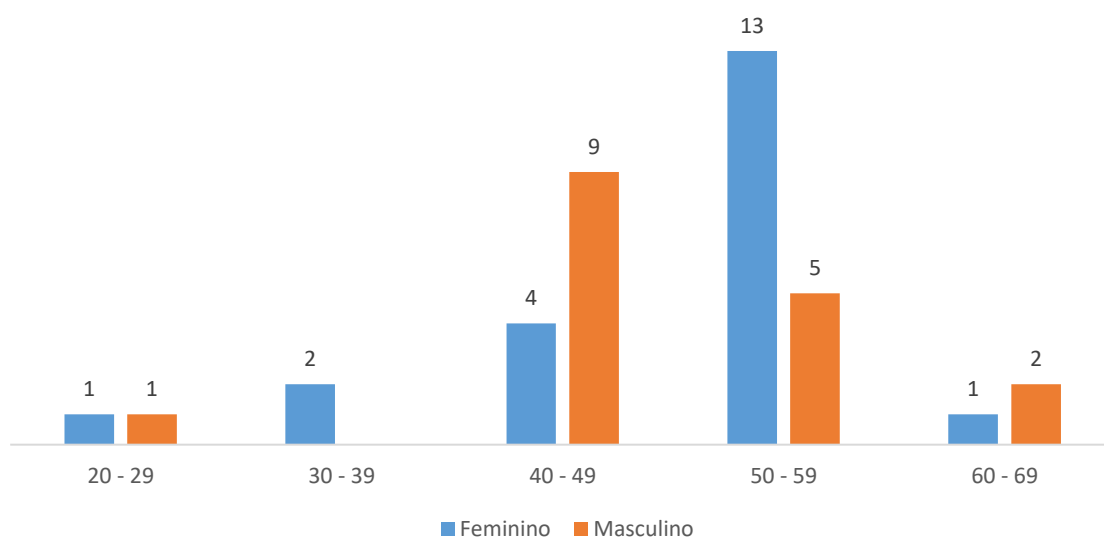


Figura 4.1 Idade e género dos inquiridos

Embora a diferença não seja significativa, o género feminino é preponderante na análise.

Reconhece-se também que o nível de escolaridade da maioria dos inquiridos é o ensino secundário, existindo ainda alguma expressão dos níveis superiores de ensino, como apresentado na Figura 4.1.

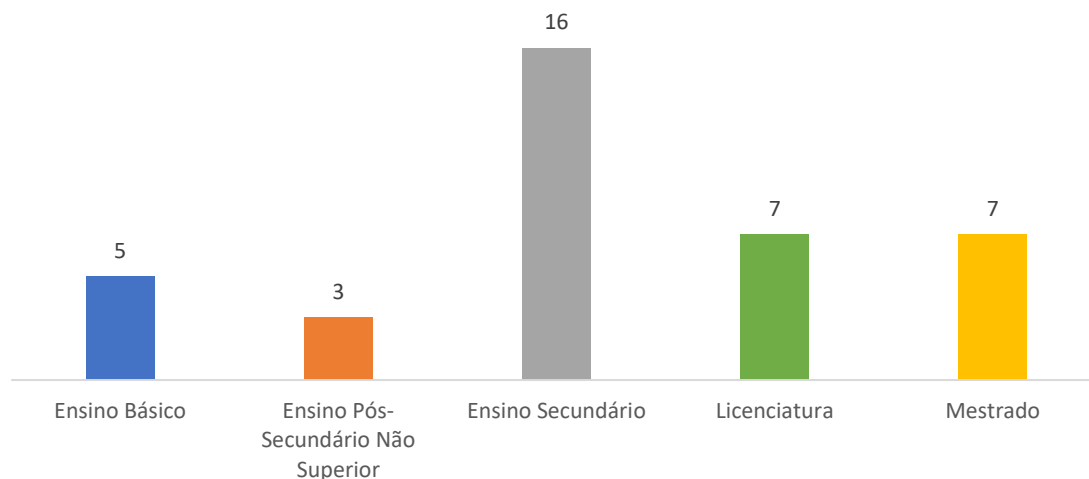


Figura 4.2 Habilitações Académicas dos Gestores e/ou Proprietários

Sendo o inquérito por questionário destinado a gestores e/ou proprietários de PME, verifica-se que a simultaneidade das funções prevalece nas PME, onde 63% dos inquiridos são tanto gestores como proprietários das suas empresas (Apêndice B).

Relativamente ao tipo de empresa, compreende-se que, à semelhança do que acontece a nível nacional, há um predomínio de microempresas, representando cerca de 74% das empresas inquiridas, como se pode observar na Figura 4.3. Assim se compreende o motivo pelo qual a simultaneidade de funções (gestor e proprietário) ocorre de forma tão significativa. O estudo demonstra também que das 38 empresas inquiridas, apenas 10 têm mais do que um estabelecimento comercial, encontrando-se a média de estabelecimentos em dois estabelecimentos por empresa (Apêndice C e D). No entanto, divergindo da média, existe uma empresa com seis estabelecimentos e ainda apenas uma outra com sete.

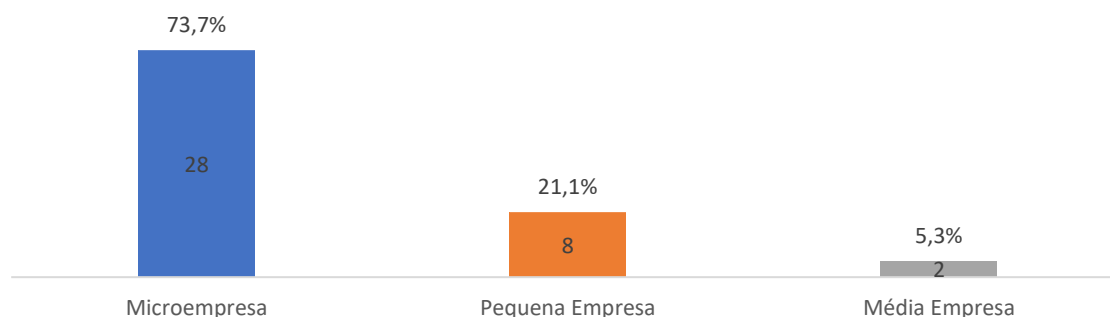


Figura 4.3 Tipologia de Empresa

4.2.2. Análise das Questões sobre a Importância da Informação Contabilística

Neste subponto, compete confrontar-se os resultados obtidos das questões de investigação com a literatura já analisada anteriormente, de modo a entender se os gestores e/ou proprietários de PME valorizam e utilizam a informação produzida pelo gabinete de contabilidade da entidade.

Q1: Os gestores e/ou proprietários das PME sabem quais os documentos, quer obrigatórios, quer complementares, que o gabinete de contabilidade com o qual contratam serviços disponibiliza?

Aquando da primeira questão do questionário, onde é solicitado ao inquirido que enumere e escreva os documentos contabilísticos que o gabinete de contabilidade disponibiliza, existe apenas uma taxa de resposta de 58%, dado a pergunta ser facultativa. Deste universo de 23 respostas válidas (Apêndice F), o balanço, o balancete e a demonstração de resultados são os documentos contabilísticos enumerados, com 59%, 45% e 36%, respetivamente. Existem também respostas que dizem respeito às obrigações fiscais, ao processamento salarial e ainda à segurança social, sendo de relevar que as obrigações fiscais são o tipo de documento enumerado com mais frequência, representando 64%. Deste modo, os inquiridos enumeram, em média 3,4 documentos, destacando as obrigações fiscais como o(s) documento(s) mais conhecidos pelos gestores e/ou proprietários de PME, lembrando que, embora os inquiridos identifiquem as obrigações fiscais como documentos contabilísticos, os mesmos não se caracterizam como tal.

Relativamente à segunda questão do inquérito por questionário, os inquiridos (68%) afirmam que os documentos contabilísticos são obrigatórios. Pelo contrário 8% dos inquiridos não sabem se os documentos anteriormente apresentados são obrigatórios, complementares ou ambos, como apresentado na Figura 4.4. Dado que a entidade apenas disponibiliza os documentos obrigatórios, 32% dos inquiridos não têm conhecimento acerca da obrigatoriedade ou complementaridade dos documentos contabilísticos.

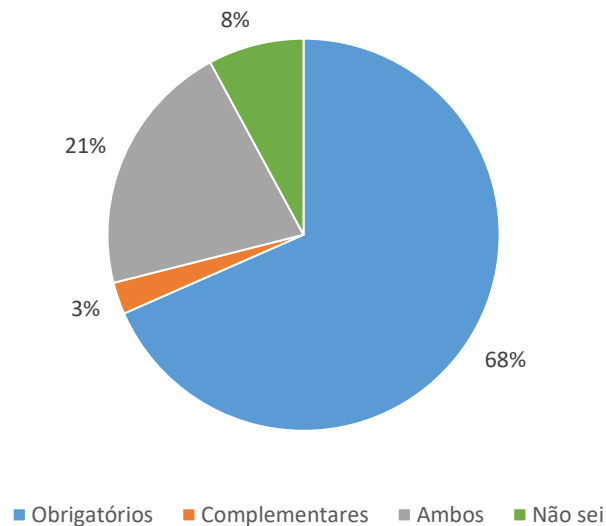


Figura 4.4 Obrigatoriedade ou complementaridade dos documentos contabilísticos

Adicionalmente, na terceira questão do inquérito por questionário, os inquiridos foram questionados acerca do seu conhecimento dos documentos contabilísticos, independentemente da disponibilização dos mesmos pelo gabinete de contabilidade, constatando-se que também o balancete e o balanço se constituem como os documentos contabilísticos mais conhecidos pelos gestores e/ou proprietários das PME, surgindo a demonstração dos resultados por naturezas em terceiro lugar, como apresentado na Figura 4.5. Os gestores e/ou proprietários das PME conhecem em média quatro documentos contabilísticos, do universo de nove apresentados no questionário, sendo que a informação não financeira e os rácios económico-financeiros representam grupos extensos de documentos contabilísticos, dada a origem dos seus dados.

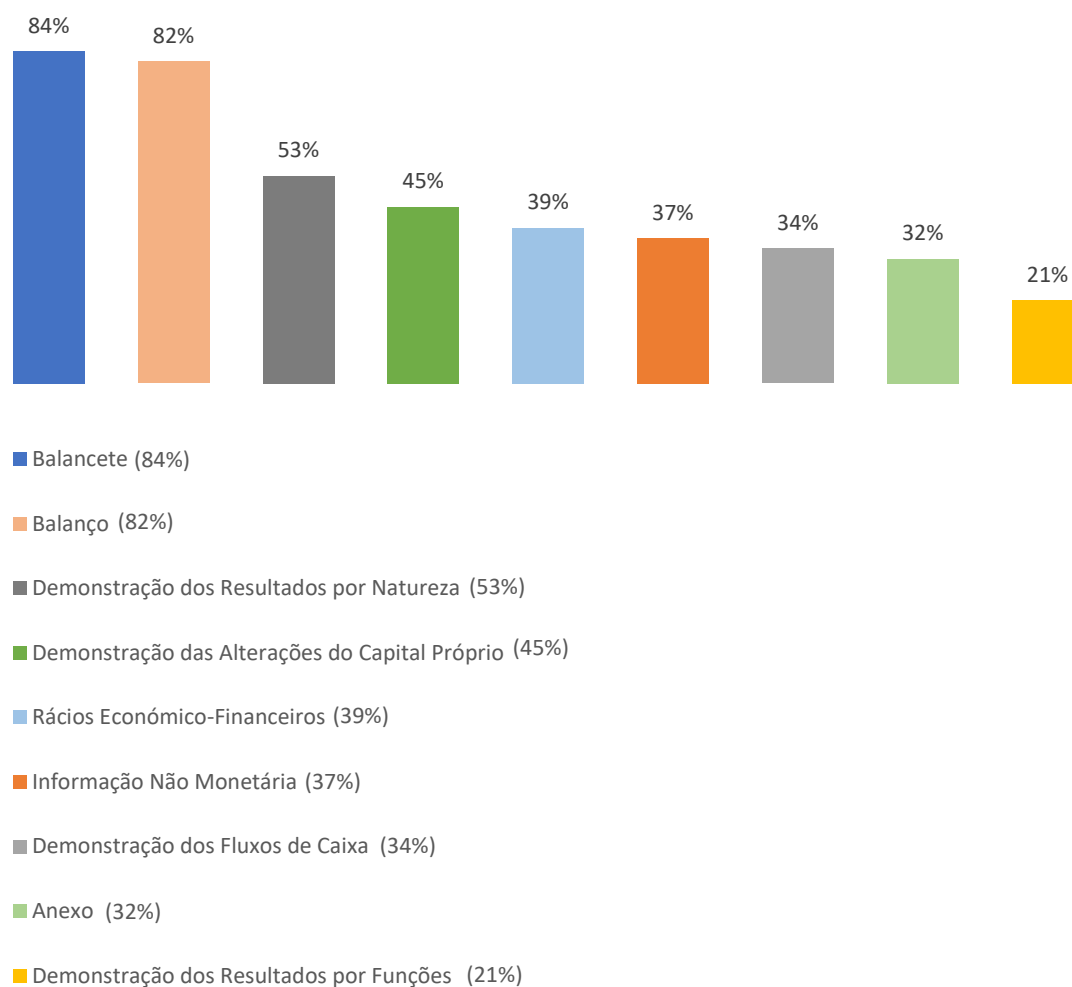


Figura 4.5 Conhecimento de Documentos Contabilísticos

Assim, no que respeita à primeira questão de investigação, conclui-se que os resultados obtidos pelas questões um, dois e três do inquérito por questionário corroboram as hipóteses apresentadas pela literatura, em que os gestores e/ou proprietários de PME conhecem entre três a quatro documentos contabilísticos, confirmando a preponderância do conhecimento do balancete, do balanço e da demonstração dos resultados, sendo que os mesmos consideram que estes documentos se destinam primordialmente ao cumprimento de obrigações legais declarativas (Gouveia *et al*, 2015; Alves, 2008).

Q2: Os gestores e/ou proprietários de PME entendem e interpretam os dados da informação contabilística disponibilizada pelo gabinete de contabilidade?

A generalidade dos inquiridos, 68% (Figura 4.6), assegura, na quinta questão do inquérito por questionário, que saberia interpretar e utilizar o conteúdo de um balanço ou de uma demonstração dos resultados se os mesmos lhes fossem disponibilizados.

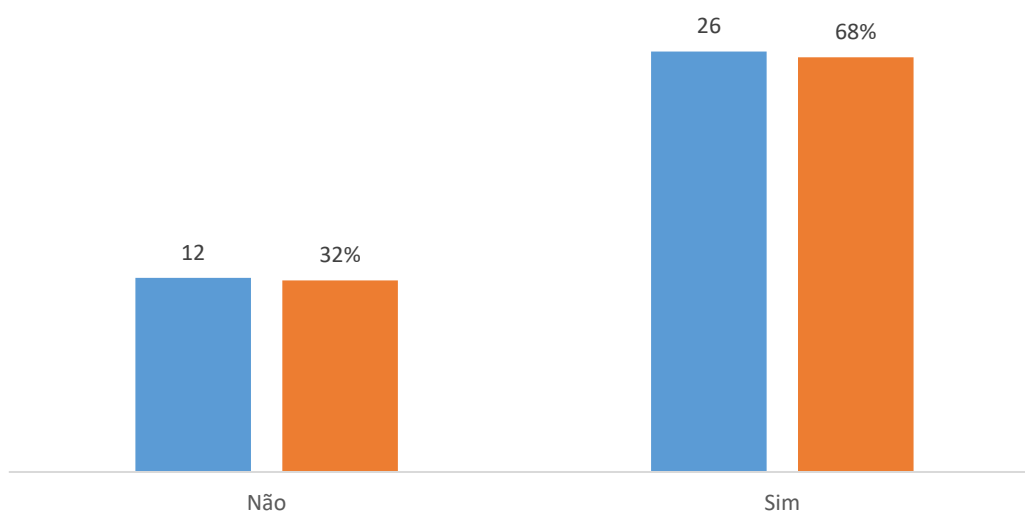


Figura 4.6 Interpretação e utilização de balanço ou de demonstração dos resultados

Assim, pela constatação da Figura 4.6, os resultados da segunda questão de investigação não coincidem com a literatura, uma vez que a mesma releva que a maioria dos proprietários e gestores de PME não entendem a informação contabilística (Marriott & Marriott, 2000).

Q3: Os gestores e/ou proprietários de PME valorizam a informação contabilística disponibilizada para a tomada de decisão?

No que respeita à valorização da informação contabilística, cerca de 95% dos inquiridos declaram, na quarta questão do inquérito por questionário, que valorizam a informação contabilística presente nos documentos contabilísticos, conforme demonstrado na Figura 4.7.



Figura 4.7 Valorização da Informação Contabilística para a tomada de decisão

Neste sentido, respondendo à terceira questão de investigação, pode corroborar-se a asserção de que os gestores e/ou proprietários de PME valorizam o conteúdo dos documentos contabilísticos (Alves, 2015; Gouveia *et al*, 2015, Marriott & Marriott, 2000).

Q4: Os gestores e/ou proprietários das PME utilizam a informação contabilística disponível aquando da tomada de decisões? e Q5: Qual ou quais os documentos mais valorizados e utilizados pelos gestores e/ou proprietários de PME?

Relativamente à utilização dos documentos contabilísticos para a tomada de decisão, apresentada na sexta questão do inquérito por questionário, verifica-se que, em média, 42% dos inquiridos tomam em consideração o balancete, o balanço e a demonstração dos resultados, afirmando que concordam totalmente com a asserção de que os documentos são relevantes para a tomada de decisão, como se pode observar pela Figura 4.8. Existe uma pequena percentagem de inquiridos que discordam ou discordam totalmente com a importância dos documentos contabilísticos, enquanto 7% dos inquiridos, em média, atribuem o nível de indiferença quanto à importância dos mesmos para a tomada de decisão.

A proporção mais significativa dos inquiridos, ascendendo a quase metade (46%), não conhece os documentos contabilísticos, não conseguindo, assim, aferir a sua importância para a tomada de decisão. O *Balanced Scorecard* bem como os rácios económico-financeiros representam os documentos contabilísticos com menos conhecimento por parte dos inquiridos (74%), registando simultaneamente o menor grau de concordância (8% - Concordo; 8% - Concordo Totalmente).

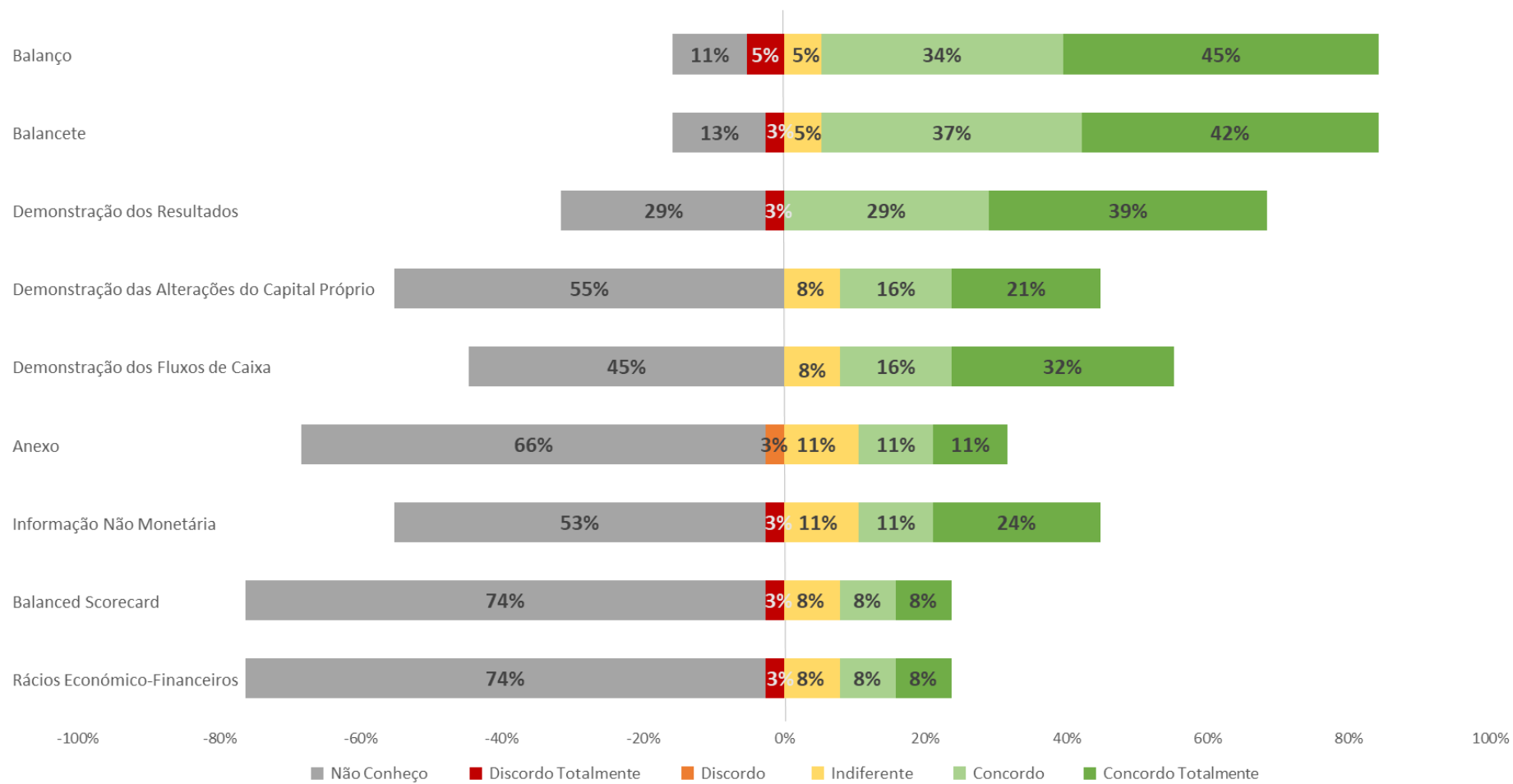


Figura 4.8 Importância dos Documentos Contabilísticos para a Tomada de Decisão

Neste sentido, e reforçando o que foi apresentado anteriormente, os gestores e/ou proprietários de PME utilizam a informação contabilística para a tomada de decisão pois afirmam concordar que o balancete, o balanço e a demonstração de resultados são relevantes para a tomada de decisão, corroborando, novamente, com a literatura apresentada (Alves, 2015; Gouveia *et al*, 2015). Porém, todos os restantes documentos contabilísticos são extensamente enquadrados na opção “Não conheço”, reafirmando que embora os inquiridos afirmem valorizar a informação contabilística, não a sabem interpretar e consequentemente utilizar quando é necessário tomar decisões relativas à empresa. Além do mais, embora os mapas, gráficos ou relatórios periódicos sejam apontados como importantes na tomada de decisão (Gouveia *et al*, 2015; Sprinkle, 2003), o presente estudo apresenta valores que não corroboram essa asserção.

Q6: A informação contabilística disponibilizada é suficiente?

Posto isto, ainda que, em média, 46% dos inquiridos afirmem não conhecer os documentos contabilísticos enumerados no questionário (conclusão da questão de investigação anterior), 71% consideram que os documentos conhecidos são suficientes para analisar a situação contabilística e financeira das suas empresas na sétima questão do inquérito por questionário, ainda que 18% dos inquiridos declarem não entender se os mesmos documentos são ou não suficientes, como representado na Figura 4.8.

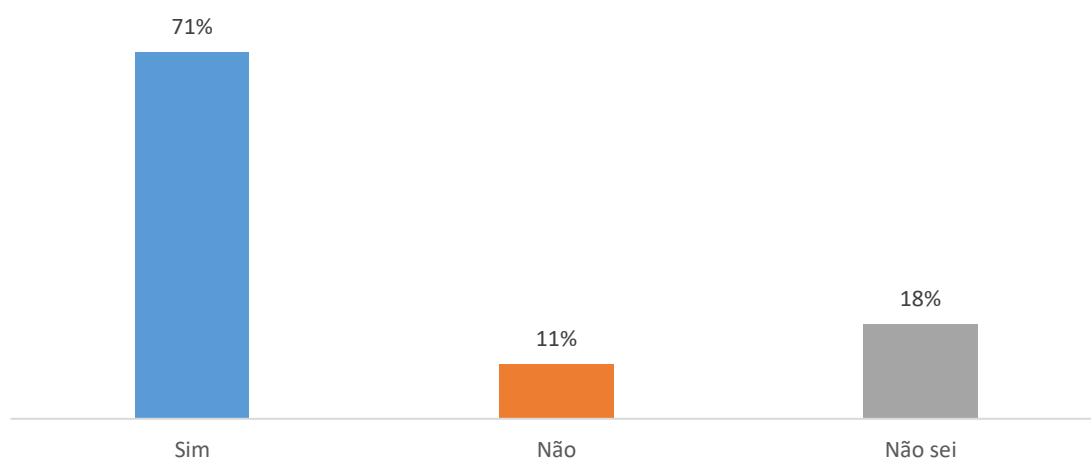


Figura 4.9 Análise suficiente da situação contabilística e financeira da empresa

Embora 11% dos inquiridos não confirmem suficiência à informação contábilística disponibilizada, apenas seis inquiridos identificam outros documentos para além dos apresentados para melhor acompanhar a situação contábilística e financeira das suas empresas, sendo as respostas apresentadas no Apêndice G.

Desta forma, para além de se concluir que a perceção dos gestores e/ou proprietários relativamente à disponibilização dos documentos contábilísticos é suficiente, reforça-se também o entendimento de que alguns dos inquiridos não sabem interpretar nem utilizar a informação contábilística contida nos diversos documentos contábilísticos.

Q7: Qual a frequência da disponibilização da informação contábilística?

Relativamente à periodicidade de disponibilização dos documentos contábilísticos, questão colocada na nona interrogação do inquérito por questionário, cerca de 50% dos inquiridos indicam que os documentos contábilísticos são disponibilizados quer mensalmente quer trimestralmente, enquanto apenas 29% dos inquiridos afirmam que essa periodicidade seja anual (Figura 4.10).

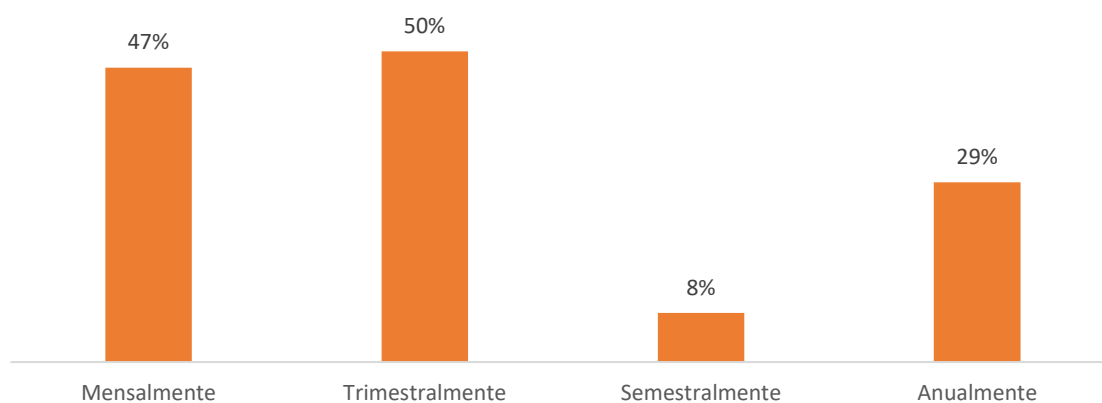


Figura 4.10 Frequência de disponibilização dos documentos contábilísticos

Porém, quando questionados se uma disponibilização mais recorrente e frequente dos documentos contábilísticos contribuiria para o melhor acompanhamento das empresas, 42% dos gestores e/ou proprietários não sentem necessidade de uma disponibilização mais frequente dos documentos contábilísticos, pois consideram que a periodicidade existente é a adequada e a desejada, como demonstrado na Figura 4.11.



Figura 4.11 Satisfação com periodicidade de disponibilização da documentação contabilística

Por fim, e de forma a concluir, constata-se que a informação contida nos documentos contabilísticos é amplamente valorizada pelos gestores e/ou proprietários de PME, embora a sua utilização para a tomada de decisão e acompanhamento do negócio fique aquém do desejado, já que uma parte significativa dos mesmos não sabe interpretar os respetivos documentos. Constata-se que os documentos contabilísticos mais identificados pelos inquiridos são: o balancete, o balanço e a demonstração de resultados, corroborando a literatura existente sobre o tema (Alves, 2015; Gouveia *et al*, 2015).

Deste modo, através da análise dos resultados obtidos, infere-se também que não existe uma disponibilização considerável por parte do gabinete de contabilidade de documentos contabilísticos como a informação não financeira, o *Balanced Scorecard* ou os rácios económico-financeiros, que permitiriam, na teoria, uma análise mais imediata e compreensiva para os gestores e/ou proprietários sem formação académica na área de contabilidade ou gestão. Assim se deduz que o gabinete de contabilidade da entidade se foca em disponibilizar os documentos contabilísticos obrigatórios por forma a cumprir as imposições legais declarativas.

O paradigma relativo à disponibilização de informação contabilística para além da obrigatória por parte da entidade reside no facto de, por um lado, a informação contabilística complementar (Informação Não Financeira, o *Balanced Scorecard* ou os Rácios Económico-Financeiros) não ser valorizada por não ser conhecida, não podendo os clientes perceber e tirar proveito das suas mais-valias, ou por outro lado, se caso essa informação complementar fosse disponibilizada não ser valorizada ou utilizada devido à reduzida

capacidade de análise da mesma por parte dos gestores e/ou proprietários de PME, resultando numa análise custo-benefício claramente desvantajosa para o gabinete de contabilidade da entidade.

Neste sentido, a contribuição da realização do inquérito por questionário às PME da entidade permitiu à mesma concluir que os gestores e/ou proprietários seus clientes se encontram satisfeitos no que respeita à qualidade e quantidade de documentos contabilísticos disponibilizados. Face aos factos apresentados, o gabinete de contabilidade não considera necessária a adaptação ou implementação de informação contabilística adicional e complementar, embora o mesmo entenda o impacto positivo que poderia ser gerado pela sua disponibilização.

Capítulo 5 - Conclusão

O presente capítulo pretende refletir sobre as aprendizagens obtidas pela realização do estágio de natureza profissional, sintetizar os resultados obtidos pela investigação elaborada, contribuindo para a literatura sobre o tema da valorização e utilização da informação contabilística por parte de PME, e por fim, avaliar as limitações do estudo assim como sugerir novas formas de investigação.

O estágio curricular de natureza profissional verificou-se uma importante oportunidade de aprendizagem no que respeita à complexidade de tarefas e diversidade de funções de um contabilista certificado. O acompanhamento de todo o processo de tratamento e análise contabilística, desde a organização e classificação dos documentos à elaboração das demonstrações financeiras, permitiu compreender de forma exaustiva o quotidiano de um gabinete de contabilidade.

A realização do estágio possibilitou também a consolidação dos temas abordados nas unidades curriculares frequentadas durante o decorrer do Mestrado em Contabilidade. O crescimento quer a nível profissional quer a nível pessoal também foi notório, pois a realização de todo o processo contabilístico de duas empresas, desde a receção dos documentos à elaboração das demonstrações financeiras e ao cumprimento das obrigações fiscais, permitiram o desenvolvimento de competências como a autonomia, a responsabilidade e a tomada de decisão.

No que concerne à investigação levada a cabo no gabinete de contabilidade da entidade, demonstrava-se pertinente perceber se os gestores e/ou proprietários de PME utilizam e valorizam a informação contabilística para a tomada de decisão e acompanhamento do negócio. Neste sentido, os resultados obtidos enquadram-se na literatura sobre o tema, nomeadamente no que diz respeito aos documentos contabilísticos mais conhecidos pelos gestores e/ou proprietários (balancete, balanço e demonstração dos resultados).

Compete tornar relevante que a questão central é confirmada, isto é, que os gestores e/ou proprietários de PME efetivamente utilizam e valorizam a informação contabilística para a tomada de decisão. Tal pode ser concluído já que 95% dos inquiridos afirmam valorizar o conteúdo dos documentos contabilísticos apresentados. Quanto à utilização desta informação, constata-se que os inquiridos consideram o balancete, o balanço e a demonstração dos resultados como relevantes para a tomada de decisão, porém uma parte muito significativa desta população (46%) confirma que não conhece os documentos

contabilísticos, não conseguindo retirar informação relevante dos mesmos, não permitindo, conseqüentemente a tomada de decisão consciente apoiada em dados fidedignos.

Outra ilação importante que deve ser apresentada prende-se com o facto de existir alguma contradição entre a valorização e a utilização da informação contabilística, isto porque, embora a generalidade dos inquiridos assegure que valoriza a informação contabilística, apenas 68% dos mesmos garantem que sabem interpretar um balanço ou uma demonstração dos resultados. Adicionalmente, o não conhecimento de 46% dos inquiridos relativamente à utilização dos documentos contabilísticos para a tomada de decisão, torna inconcebível que 71% considere que os documentos que de facto conhecem sejam suficientes para compreender a situação económico-financeira da empresa. Assim se depreende que independentemente da não compreensão dos documentos contabilísticos e da sua conseqüente não utilização, os gestores e/ou proprietários de PME valorizam a informação contabilística contida nesses mesmos documentos.

A realização do inquérito por questionário às empresas clientes da entidade permitiu aferir e confirmar que os mesmos se encontram satisfeitos com a informação contabilística disponibilizada, isto é, informação factual constituída pelas demonstrações financeiras obrigatórias. Porém, constatou-se a existência de um paradigma, já que pelo estudo não é possível entender se a informação contabilística complementar não é valorizada por não ser disponibilizada e não compreendida pelos gestores e/ou proprietários de PME ou se seria valorizada e entendida caso a mesma fosse disponibilizada.

No âmbito da realização da investigação, importa salientar as limitações da mesma, identificando-se como a principal a reduzida recolha de respostas, pois seria do maior interesse obter uma amostra mais robusta da população em causa. Também, na tentativa de tornar o inquérito curto e de rápido preenchimento, diminuindo as não respostas, o inquérito não aprofunda determinadas questões que mereciam detalhe na resposta, para uma análise dos dados mais coerente. Identifica-se a necessidade de entender quais os documentos contabilísticos que os inquiridos conseguem interpretar individualmente, e não apenas o balanço ou a demonstração dos resultados. Outro exemplo da limitação elencada reside na investigação da periodicidade de disponibilização dos documentos contabilísticos de forma também individual, e não na generalidade dos documentos.

Assim, e relacionando as limitações do estudo com as possíveis futuras investigações, sugere-se a investigação individualizada da capacidade de interpretação dos documentos

contabilísticos e da frequência da sua disponibilização. Propõe-se também a elaboração de um questionário, diagnosticando se os gestores e/ou proprietários de PME reconhecem a mais-valia de cada documento contabilístico para a tomada de decisão. Prescreve-se também o interesse de investigar se a valorização e utilização da informação contabilística varia conforme o setor de atividade.

Referências Bibliográficas

- Almeida, J., e Pinto, J. (1995). *A Investigação nas Ciências Sociais* (5ª ed.). Lisboa: Editorial Presença
- Alves, D. (2015). *A Informação Contabilística no Processo de Tomada de Decisão de Microempresas* (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Porto, Portugal) Disponível em https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/7844/1/Modelo_Trabalho_Final_Mestrado_Davide%20Alves.pdf
- Alves, M. (2003). *Relevância da informação contabilística – Abordagem teórica e estudo empírico*. Paper presented at XIII Jornadas Hispano Lusas de Gestión Científica-La Empresa Familiar en un Mundo Globalizado, Lugo, Espanha.
- Alves, M. (2008). A Contabilidade Nas Decisões De Gestão Dos Dirigentes Portugueses. *Revista Universo Contábil*, 4 (3), 124-137.
- Aviso n.º 8254/2015. *Diário da República*. 146 (29 de julho de 2015) 20735-20742.
- Aviso n.º 8255/2015. *Diário da República*. 146 (29 de julho de 2015) 20742-20749.
- Aviso n.º 8256/2015. *Diário da República*. 146 (29 de julho de 2015) 20749-20844.
- Aviso n.º 8257/2015. *Diário da República*. 146 (29 de julho de 2015) 20845-20859.
- Caldeira, J. (2010). *Implementação do Balanced Scorecard no Estado: Gerir a performance estratégica para a criação de valor público*. Coimbra: Edições Almedina. ISBN 978-972-40-3732-5.
- Campenhoudt, L., e Quivy, R. (2005). *Manuel de Investigação em Ciências Sociais* (4ª ed.). Lisboa: Gradiva. ISBN: 972-662-275-1
- Carrapiço, J. (2009). Balancete inicial: Procedimentos e regularizações (Parte I), p.35 Disponível em <https://www.occ.pt/fotos/editor2/VidaEconomica6MarcoI.pdf>
- Carvalho, C., e Magalhães, G. (2002). *Análise Económico-Financeira de Empresas*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Cassar, G., e Holmes, S. (2003). Capital structure and financing of SMEs: Australian evidence. *Accounting and Finance*, 43 (2), 123-147.

- Coutinho, C. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas – Teoria e Prática* (2ª ed.) Coimbra: Edições Almedina ISBN: 978-972-405-137-6
- Decreto Regulamentar n.º 25/2009. *Diário da República*. 1ª Série – 178 (14 de setembro de 2009) 6270-6285.
- Decreto-Lei n.º 102/2008. *Diário da República*. 1ª Série – 118 (20 de junho de 2008) 3542-3611.
- Decreto-Lei n.º 192/2015. *Diário da República*. 1ª Série – 178 (11 de setembro de 2015) 7584-7828.
- Decreto-Lei n.º 372/2007. *Diário da República*. 1ª Série – 213 (6 de novembro de 2007) 8080-8084.
- Decreto-Lei n.º 442-A/88. *Diário da República, 1º Suplemento*. 1ª Série – 277 (30 de novembro de 1988) 38-71.
- Decreto-Lei n.º 8/2007. *Diário da República*. 1ª Série – 12 (17 de janeiro de 2007) 378-388.
- Decreto-Lei n.º 98/2015. *Diário da República*. 1ª Série – 106 (2 de junho de 2015) 3470-3493.
- Dias, M. (1994). *Inquérito por Questionário: Problemas Teóricos e Metodologias Gerais*. (Relatório, Universidade do Porto, Porto, Portugal). Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/104265/2/193141.pdf>
- Dominique, R. (2009). *The Importance of Non-Financial Information in Decision Making and Drive for Narrative Reporting*. (Paper, The Business Intelligence Providers, Londres, Reino Unido)
- Dyt, R., e Halabi, A. (2007). Empirical Evidence Examining the Accounting Information Systems and Accounting Reports of Small and Micro Business in Australia. *Small Enterprise Research*, 15(2), 1–9.
- Ferreira, M. J. e P. Campos (2009). *O Inquérito Estatístico: uma introdução à elaboração de questionários, amostragem, organização e apresentação dos resultados*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística
- FFMS (2021). *Pequenas e médias empresas em % do total de empresas: total e por dimensão*. Lisboa: Pordata.

- Freixo, J. (2011). *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget
- Gouveia, H., Fernandes, J. e Gonçalves, C. (2015). A utilidade da Contabilidade para os gestores das Microempresas. *Portuguese Journal of Accounting And Management*, Março 2015 (16), 77-104
- Hill, M. (2014). Desenho de Questionário e Análise dos Dados – Alguns Contributos. In Torres, L., Palhares, J. (Ed.). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais da Educação* (133-164) Braga: Universidade do Minho
- Hill, M., e Hill, A. (2009). *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílabo. ISBN: 9789726182733
- İbicioğlu, H., Kocabiyik, T., e Dalğar, H. (2010). Financial Statement Utilization During Decision Making Process In SMEs: A Comparative Study On European An Turkish Managers. *I.I.B.F Dergisi*, XXVIII, 209-226.
- IFAC, (2008). *Micro-Entity Financial Reporting: Some Empirical Evidence on the Perspectives of Preparers and Users*. Nova Iorque: IFAC.
- Kaplan, R., e Norton, D. (1992) The Balanced Scorecard - Measures that Drive Performance. *Harvard Business Review*, 70 (1), 71-79.
- Kassai, S. (1997). As Empresas de Pequeno Porte e a Contabilidade. *Caderno de Estudos*, 9(15), 1–23.
- Lei n.º 12/2022. *Diário da República*. 1ª Série – 122 (27 de junho de 2022) 2-291.
- Lei n.º 2/2014. *Diário da República*. 1ª Série (16 de janeiro de 2014) 253-346.
- Lei n.º 70/2013. *Diário da República*. 1ª Série – 167 (30 de agosto de 2013) 5254-5264.
- Lima, A., e Lima, J. (2013). Índices Económico-Financeiros como Instrumentos para Análise das Demonstrações Financeiras na tomada de decisão gerencial. *Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologias*, 3(3), 1-4.
- Lopes, I. (2013). *Contabilidade Financeira – Preparação das Demonstrações Financeiras, Sua Divulgação e Análise*. Lisboa: Escolar Editora.
- Marcos, J., Naia, P., e Madañl, R. (2001). *A Gestão Estratégica e a Contabilidade*. Paper presented at Cruzando Fronteras: Tendencias de Contabilidad Directiva Para El Siglo XXI, León, Espanha.

- Marriott, N., e Marriott, P. (2000). Professional Accountants and the Development of a Management Accounting Service for the Small Firm: Barriers and Possibilities. *Management Accounting Research*, 11 (4), 475-492.
- Martins, R., e Turrioni, J. (2002). Análise de SWOT e Balance Scorecard: Uma Abordagem Sistemática e Holística para Formulação da Estratégia. Apresentado em XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Brasil.
- Medeiros, A., Cunha, G., Oliveira, T., e Vieira, E. (2008). *Análise SWOT: A Simplicidade como Eficiência*. Apresentado na Conferência XVI Seminário de Pesquisa do CCSA, Brasil.
- Medina, R. (2010). Análise Económica e Financeira como Instrumento de Apoio ao Processo Decisório (Complemento de Licenciatura, Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais, Mindelo, Portugal). Disponível em: <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/1255/1/An%C3%A1lise%20Econ%C3%B3mica%20e%20Financeira%20como%20Instrumento%20de%20Apoio%20ao%20Processo%20Decis%C3%B3rio.pdf> (20 de dezembro de 2013).
- Megan, O., Hategan, C., Caciuc, L., e Cotlet, B. (2009) The Cash-Flow Statement – Between True And Manipulation, *Annals of the University of Petroșani, Economics*, 9 (2), 127-136
- Moreira, A., Sá, P. e Costa, A. (2021). Reflexão Crítica sobre Métodos e Técnicas de Recolha de Dados: Investigação-Ação. In Traqueia, A., Pacheco, E., Taveira, E. et al (Ed.). *Reflexões em torno de Metodologias de Investigação: métodos (Vol. 1)* (p. 33-50). Aveiro: UA Editora.
- Morissete, R. (1996). *Toward a theory of information choices in organizations: an integrative approach*. (Tese de Doutoramento, University of Waterloo, Waterloo, Canada)
- Neves, J. (2009). Análise Financeira – Técnicas Fundamentais. (2º ed.). Lisboa: Texto Editora.
- Niven, P. (2002). *Balanced Scorecard – Step-By-Step: Maximizing Performance and Maintaining Results*. Nova Iorque: John Wiley & Sons. Inc.
- Pinto, F. (2009). *Balanced Scorecard – Alinhar Mudança, Estratégia e Performance nos Serviços Públicos* (1ª ed.). Lisboa: Edições Silabo, Lda.

- Pires, C. (2020). *A Importância da Informação Contabilística, em contexto de pandemia, no Processo de Tomada de Decisão: Um Estudo Sobre Micro E Pequenas Entidades* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal).
- Portaria n.º 220/2015. *Diário da República*. 1ª Série – 143 (24 de julho de 2015) 4984-5018.
- Portaria n.º 92.A/2011. *Diário da República*. 1ª Série – 41 (21 de fevereiro de 2011) 2-15.
- Quivy, R., e Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (2ª ed.). Lisboa: Gradiva Publicações.
- Rodrigues, J. (2019). *Sistema de Normalização Contabilística: SNC Explicado* (7ª ed.). Porto: Porto Editora.
- Russo, J. (2006). *Balanced Scorecard para PME*. Lisboa: Lidel – Edições Técnicas, Lda.
- Santos, A. (2016). *A utilização da informação contabilística no processo de tomada de decisão: Um estudo sobre as PME Portuguesas* (Dissertação de Mestrado, Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal) Disponível em https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/6301/1/5283_10229.pdf
- Santos, J., e Henriques, S. (2021) *Inquérito por Questionário: contributos de conceção e utilização em contextos educativos*. Lisboa: Universidade Aberta. ISBN 978-972-674-896-0
- Santos, R. (2006) *Balanced Scorecard em Portugal: Visão, Estratégia e Entusiasmo*. Cascais: Editora Pergaminho, Lda. ISBN 978-972-711-771-0
- Sarsby, A. (2016). *SWOT Analysis*. England: Leadership Library. ISBN: 978-0-9922504-2-2
- Serrasqueiro, Z., e Nunes, L. (2004). *A Informação Contabilística na Tomada de Decisão dos Empresários e/ou Gestores: Um estudo sobre pequenas empresas*. Presented at X Congresso de Contabilidade, Estoril, Portugal.
- Silva, F. (1969). *Contabilidade Geral* (4ª Edição). Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Sousa, A. (2016). *A Inclusão de Indicadores Não-financeiros na Prestação de Informação e Serviço de Gabinetes de Contabilidade* (Dissertação de Mestrado, Tomar, Portugal) Disponível em <https://comum.rcaap.pt/>

- Sprinkle, G. (2003). Perspectives on experimental research in managerial accounting. *Accounting, Organizations and Society*, 28 (2-3), 287-318.
- Thayer-Hart, N., Dykema, J., Elver, K., Schaeffer, N., e Stevenson, J. (2010). *Survey Fundamentals - A guide to designing and implementing surveys*. Wisconsin: University of Wisconsin Survey Center.
- Thomas, J., e Evanson, R. (1987). An Empirical Investigation of Association Between Financial Ratios Use and Small Business Success. *Journal of Business Finance & Accounting*, 14(4). 555-571.
- Tomaz, C. (2019). *Balanced Scorecard Aplicado ao Instituto Superior de Engenharia de Lisboa* (Dissertação de Mestrado, Lisboa, Portugal). Disponível em <https://docplayer.com.br/180150339-Balanced-scorecard-aplicado-ao-instituto-superior-de-engenharia-de-lisboa.html>

Apêndice A – Questionário

Valorização e Utilização da Informação Contabilística

1. Enumere os documentos contabilísticos que a sua contabilidade disponibiliza.

2. Os documentos que enumerou são obrigatórios ou complementares?

- Obrigatórios
- Complementares
- Ambos
- Não sei

3. Quais dos documentos abaixo mencionados conhece?

- Balancete
- Balanço
- Demonstração de Resultados por Naturezas
- Demonstração de Resultados por Funções
- Demonstração das Alterações do Capital Próprio
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Anexo
- Informação Não Financeira (Quadros comparativos, Análise SWOT, Modelo das Cinco Forças de Porter)
- Balanced Scorecard*
- Rácios Económico-Financeiros (ROI, ROE, Autonomia Financeira, etc.)

4. Valoriza a informação dos documentos mencionados para tomar decisões relativas à sua empresa?

Sim

Não

5. Se lhe forem disponibilizados um Balanço ou uma Demonstração de Resultados relativos à sua empresa, saberia interpretá-los e utilizá-los?

Sim

Não

6. Os documentos contabilísticos abaixo enumerados são importantes para a tomada de decisão na minha empresa:

	Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Totalmente	Não conheço
Balancete						
Balanço						
Demonstração de Resultados						
Demonstração das Alterações do Capital Próprio						
Demonstração dos Fluxos de Caixa						
Anexo						
Informação Não Financeira						
<i>Balanced Scorecard</i>						
Rácios Económico-Financeiros						

7. Os documentos acima apresentados são suficientes para analisar a situação contábilística e financeira da empresa?

- Sim
- Não
- Não sei

8. Se respondeu **Não** à pergunta anterior, qual ou quais seriam os documentos necessários para melhor acompanhar a sua empresa?

9. Com que frequência são disponibilizados os documentos contábilísticos?

- Mensalmente
- Trimestralmente
- Semestralmente
- Anualmente

10. Uma disponibilização mais recorrente e frequente dos documentos contábilísticos contribuiria para um melhor acompanhamento da sua empresa?

- Sim
- Não

Dados Gerais

1. Indique o seu gênero:

- Masculino
- Feminino
- Prefiro não responder

2. Indique a sua idade:

3. Habilitações académicas:

- Ensino Básico
- Ensino Secundário
- Ensino Pós-secundário Não Superior
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento

Dados da Empresa

1. Qual a função que desempenha na sua empresa:

- Gestor(a)
- Proprietário(a)
- Outro(a)

2. Qual o tipo de empresa:

- Microempresa
- Pequena Empresa
- Média Empresa

NOTA: Para se considerar Micro, Pequena ou Média Empresa, não poderá ultrapassar mais do que 2 dos 3 requisitos abaixo identificados.

Microempresa

- 1) Total do Balanço – 350 000 €;
- 2) Volume de Negócios Líquido – 700 000 €;
- 3) Número médio de empregados durante o período – 10.

Pequena Empresa

- 1) Total do Balanço – 400 000 €;
- 2) Volume de Negócios Líquido – 8 000 000 €;
- 3) Número médio de empregados durante o período – 50.

Média Empresa

- 1) Total do Balanço – 20 000 000 €;
- 2) Volume de Negócios Líquido – 40 000 000 €;
- 3) Número médio de empregados durante o período – 250.

3. Quantos funcionários emprega na empresa:

4. A empresa tem mais do que um estabelecimento?

Sim

Não

5. Se sim, quantos estabelecimentos?

6. Há quanto tempo constituiu a empresa?

Menos de 1 ano

Entre 1 ano e 3 anos

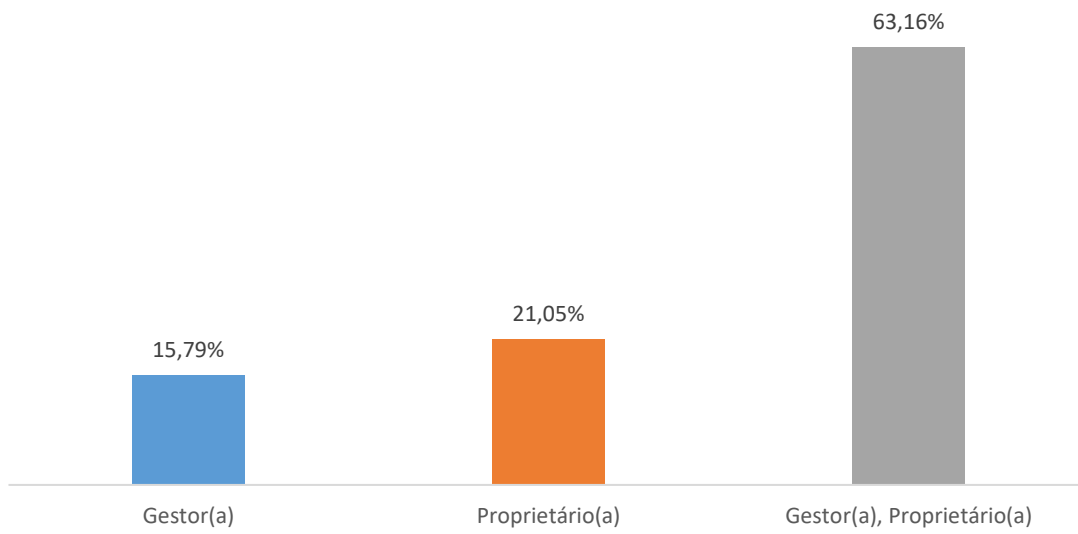
Entre 3 anos e 5 anos

Mais do que 5 anos

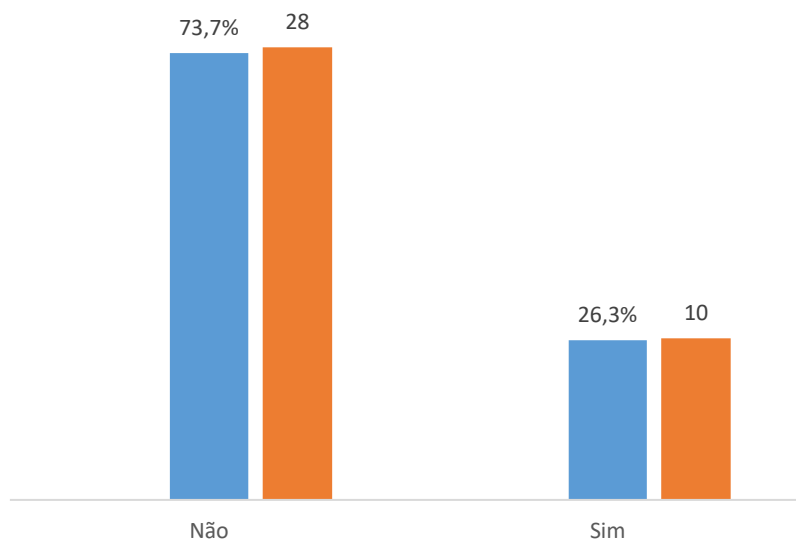
Mais do que 10 anos

Obrigada pelo seu contributo!

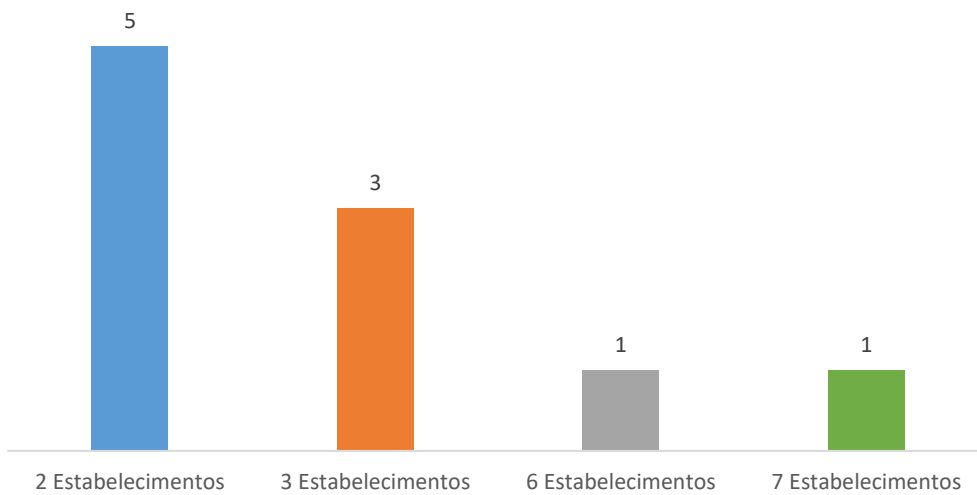
Apêndice B – Função Desempenhada pelos Inquiridos



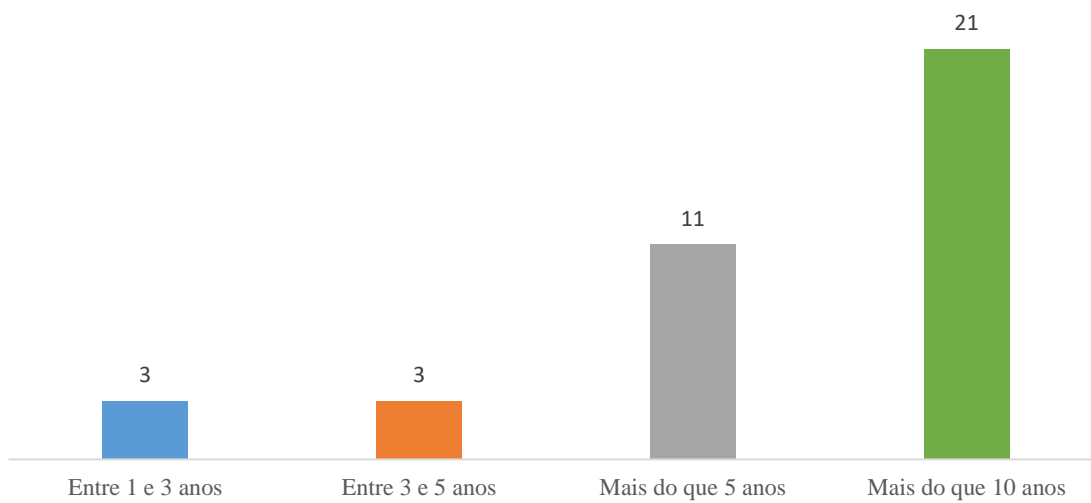
Apêndice C – Tem mais do que um estabelecimento?



Apêndice D – Número de estabelecimentos por empresa



Apêndice E – Antiguidade da Empresa



Apêndice F – Documentos contabilísticos enumerados pelo gestor e/ou proprietário

– Diários, Balanços, Demonstração de Resultados
– Fazem IVA, Ordenados
– Balancete, Segurança Social, Recibos de Vencimento, Contratos, Declaração de IVA, Certidões
– Balanço, Balancete, Demonstração de Resultados
– Balanço, Balancete, IRS, IRC
– Balanço, Balancete, Demonstração de Resultados, Razão
– IVA, IRC, Segurança Social, Retenção na Fonte, Vencimento, IRS, Fundo de Compensação
– Faturas, SAFT, Movimentos Bancários, Despesas Gerais, Guias de Pagamentos, ect.
– Balanço da Empresa e Balancete
– Balanço - Extrato de Clientes
– Contabilidade simplificada
– Iva, Segurança Social, IRS
– Balancete, Balanço, Demonstração de Resultados
– Balanço, Balancete, Demonstração de Resultados, Demonstração das Alterações do Capital Próprio, Demonstração dos Fluxos de Caixa.
– Pagamento de Impostos, Balanço, Inventário
– Pagamento de Impostos, análises da atividade comercial
– IES, Balanço, Demonstração de Resultados, Balancete, Certidão Permanente
– Guias do IVA, da Segurança Social, Salários e IES
– IES, Balancete, Demonstração de Resultados, IRC
– Dossier contabilístico
– Dossier contabilístico, Balanço
– Balanço, IES, Demonstração de Resultados
– Balancete, Balanço

Apêndice G – Documentos contabilísticos sugeridos pelo gestor e/ou proprietário

– Movimentos Bancários
– Fluxos de Caixa
– Mapa de exploração, mapa de margens
– Adaptar os documentos a uma linguagem mais compreensiva
– Desconheço quais sejam os documentos contabilísticos necessários para o bom desempenho de uma empresa
– Não sei
– Aconselhamento